



# Anais da Assembléia

N.98

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE SETEMBRO DE 1986.

ANO XII

## 4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 82.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 1986 SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Ervin Bonkoski e Adhail Sprenger Passos.

Às dez é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Adhail Sprenger Passos, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Fuad Nacli, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Orlando Pessuti, Péricles Pacheco, Sabino Campos, Tadeu França, Trajano Bastos e Tuguio Setogutte (28). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Homero Oguido, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Werner Wanderer e Wilson Fortes (30).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede a leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte.

### EXPEDIENTE:

Ofícios:

#### OFÍCIO

Sob os n.<sup>os</sup> DTL/157, 158, 159 e 160/86, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos

de Lei n.<sup>os</sup> 97/86, 306/85, 137/86 e 33/86, os quais convertidos em lei tomaram os números: Lei Complementar n. 30/86; Lei n. 8.349, 8.348 e 8.350, respectivamente.  
Anote-se - Arquive-se.

#### OFÍCIO

Sob os n.<sup>os</sup> DTL/161, 162, 163, 164, 165 e 166/86, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei números: 189/85, 292/85, 135/84, 42/86, 90/86 e 330/85, os quais convertidos em lei tomaram os números 8.355, 8.353, 8.352, 8.354, 8.356 e 8.351, respectivamente.  
Anote-se - Arquive-se.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente susbreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor DANTE MILLARCH, ocorrido nesta Capital.

Tal passamento vem consternar a sociedade face aos dotes morais do extinto.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, na Rua Padre Agostinho n.2122.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor MAX. BERTHOLDO AMHOF, ocorrido em 24 de agosto do corrente, nesta Capital.

Outrossim, solicitamos que seja dada ciência à família enlutada na pessoa de seu sobrinho Senhor OSMAR JOPPERT, residente a Rua Mateus Leme, 980 ap.141.

Sala das Sessões, em 03.09.86.

(a) ACIR MEZZADRI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Prefeito Municipal de Contenda, Senhor ADEMAR SICURO, ocorrido em 31 de agosto do cor-

rente, nesta capital.

Outrossim, solicitamos que seja dada ciência à família enlutada na pessoa de sua esposa EUNICE CORDEIRO SICURO, residente na Av. João Franco, 303 - Contenda - Pr.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) ACIR MEZZADRI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor WALDEVINO PEREIRA DE CARVALHO, ocorrido na Municipalidade de Ubiratã.

Na Cidade de Mirasol, em São Paulo, nasceu, dia 06 de julho de 1918, Waldevino Pereira de Carvalho. Filho de Antônio Pereira de Carvalho e Maria Teodora Pereira, pertencia a uma família bastante humilde. Desde jovem dedicou-se ao trabalho, vocação que o acompanharia por toda a sua vida.

Agricultura e comércio foram os ramos que atuou sempre, dedicando-se incansavelmente, com honestidade e competência. Mas, não limitou-se apenas e tão somente a tais atividades. Homem de grande sensibilidade social, ingressou na política, sendo, por duas vezes, Prefeito de Lobato, onde residiu durante vários anos.

Em Ubiratã estabeleceu-se, posteriormente, dando continuidade ao cultivo da terra e à dedicação ao comércio. Em pouco tempo formou grandes círculos de amizades; pessoas que o admiravam muito, pela sua postura honrada, rica em exemplos de solidariedade humana, presente nos acontecimentos que estivessem voltados para os legítimos anseios populares. O amor pelo lugar, o fez ingressar na política, tendo sido eleito vereador com expressiva votação. Na Câmara, ajudou a fazer do Poder Legislativo um instrumento de pressão da sociedade no sentido de resolver os problemas de seu cotidiano, sendo uma voz intransigente.

Assim sendo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia deixar de fazer o justo e merecido registro à personalidade do Senhor Waldevino Pereira de Carvalho, que deixou em Ubiratã uma lacuna impreenchível, restando lições de homem público e chefe de família que por certo não serão esquecidas.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor HELIO BASSETI, ocorrido nesta Capital, no dia 9 de setembro de 1986, sendo trasladado para Bocaíuva do Sul, onde foi sepultado.

O passamento do Senhor Hélio, veio, no seio da família, abrir enorme lacuna, bem como a sociedade local, visto ser de família tradicional da região. O extinto era viúvo e deixou quatro filhos, sendo, um deles, LUIZ CARLOS BASSETI, Presidente da Câmara Municipal de Bocaíuva do Sul.

REQUER, outrossim, que da manifestação deste Poder seja dado conhecimento à família enlutada, na pessoa de LUIZ CARLOS BASSETI, Presidente da Câmara Municipal de Bocaíuva do Sul.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER Voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Darcy José Costa, ocorrido recentemente na Municipalidade de Campo Mourão.

Senhor Presidente.

Filho de Sebastião Messias Costa e Lúcia Gouveia Costa, pioneiros em Campo Mourão, Darcy José Costa nasceu em 05 de setembro de 1940, herdando de sua família o espírito de luta e o carinho por aquela rica e imensa região.

Estabeleceu-se como Técnico em Contabilidade, profissão que ensinou a muitos jovens, na condição de Professor do Colégio Estadual Professor João D'Oliveira Gomes, conceituado e tradicional estabelecimento de ensino de onde, em 1982, licenciou-se para disputar as eleições municipais, ficando como suplente de vereador do PMDB.

Anteriormente, exercia o cargo de Coordenador do Instituto de Previdência do Estado, cujo escritório de âmbito regional atuava em diversos municípios.

Deste modo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, em que pese o momento de dor, não poderia deixar de solicitar o devido registro nos Anais deste Poder, do passamento do Senhor Darcy José Costa, ficando viúva a Senhora Eunice Schab Costa e os filhos Cleiton, Frank, Carla e Francielli, além de familiares e grande círculo de amigos, que sentem a perda irreparável de seu estimado companheiro.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, sejam adiadas todas as entregas de títulos de cidadania, já aprovados, para data posterior a 20 de novembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) NESTOR BAPTISTA.

Líder do Governo e do PMDB.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a inserção em Ata, da fixação da data de 21 de outubro de 1.986, para a entrega do Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor RENÉ ARIEL DOTTI.

Esse título foi aprovado por esta Casa em 1.986, e devidamente sancionado pelo Senhor Governador do Estado, através da Lei n. 8354, de 27 de agosto de 1986.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) AIRTON CORDEIRO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES, pelo 163.º aniversário da progressista Cidade de Ponta Grossa, com conseqüente encaminhamento aos Excelentíssimos Senhores OTTO SANTOS DA CUNHA e MÁRIO BITTENCOURT DE OLIVEIRA, respectivamente Digníssimos Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Vereadores daquela Comarca.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### JUSTIFICATIVA:

PONTA GROSSA, baluarte de civismo e de trabalho fecundo nos Campos Gerais do Paraná, assinala mais um aniversário da criação da Freguesia de Sant'Ana e, sob a inspiração de alva pomba, a cidade nasceu, transformando-se num dos mais importantes pólos econômico-sociais do Estado.

Sua gloriosa história, em busca do destino que lhe está reservado, é registrada por passagens épicas e altaneiras; pelo esforço, abnegação e pelo labor de seus filhos; pelo ideal forjado, pela coragem e pelo patriotismo de seus antepassados, luz que até hoje fulgura, tal como a aurora de 15 de setembro de 1823, quando D. Pedro I, Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil, criou a Freguesia da Senhora Sant'Ana, ato com o qual se iniciou a emancipação política do município, mais tarde concretizada, em toda a sua plenitude e que, agora, como legado pujante, é esplêndida realidade pela sua expressão econômica, pelo seu crescimento organizado, valorizando o elemento humano, peça

nobre e fundamental do progresso.

PONTA GROSSA cresce, dia a dia, através de uma caminhada objetiva e grandiosa, com todos que aqui vivem participando do desenvolvimento econômico e social, numa união comunitária, na qual se sobressai o esforço e o trabalho de um povo que consolida o futuro, com coragem, perseverança e amor.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de congratulações pela passagem do Mês da Bíblia, celebrado pela Igreja em toda o território nacional.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a Sua Excelência Reverendíssima Dom PEDRO FEDALTO, Arcebispo Metropolitano, solicitando dar conhecimento às congregações religiosas para que sejam transmitidas às gerações vindouras.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

Setembro é o mês da Bíblia.

A Igreja Católica do Brasil celebra, durante todo o mês de setembro, desde alguns anos, o mês da BÍBLIA.

São muitas as comunidades que se reúnem para alimentar a caminhada com a palavra de Deus. Trata-se de um movimento eclesial da maior importância. Neste ano, o tema escolhido foi: "A CONSTITUIÇÃO DE UM POVO", cujo tema certamente irá prender nossa atenção o tempo todo. Com a Bíblia, um mundo mais humano. É a palavra de ordem deste mês, ressaltando o seu valor.

A Bíblia é a mensagem de Deus! Por isso tudo o que está escrito nas Sagradas Escrituras é de suma importância para toda a humanidade. Está em primeiro lugar o ensinamento divino contido na Bíblia. Porém, tudo mais que aparece nela assume uma importância única. Conseqüentemente, as gentes e os costumes bíblicos chamam a nossa atenção de um modo sério e reverente. Além disso, a leitura da Bíblia ajuda-nos a palpar o ambiente da vida terrena do Divino Salvador, propiciando-nos uma compreensão mais límpida da história bíblica. É na Bíblia que o cristão encontra a fórmula para viver uma vida bem humana e para tornar o mundo também mais humano. A palavra de Deus deve ser acolhida com docilidade e posta em prática com amor. Nada pode ser deixado fora, mas também nada deve ser acrescentado. Na Bíblia não se fala de retribuição em sentido propriamente jurídico, como se tratasse de uma paga adequada. Esta aparece, sobretudo como uma dádiva de

Deus. Toda dádiva boa e todo o dom perfeito vem do alto, desce do Pai, das luzes, no qual não existe variação ou sombra de mudança. A palavra do Senhor, diz: "Ponham em prática e não se contentem em ouvi-la apenas, enganando-se a si próprios." Cheio de amor apostólico, trataremos louvavelmente de excitar e fomentar entre todos, o conhecimento e o amor aos livros sagrados. O intérprete, impelido por um amor forte e operoso na sua especialidade e sinceridade dedicado à Santa Madre Igreja, de modo algum deve deixar de arrastar uma e outra vez com as difíceis questões ainda não resolvidas, e, nomeadamente com o que a tradição ensina sobre a imunidade de todo o erro da Sagrada Escritura ao mesmo tempo, como deve ser, as conclusões certas das diversas disciplinas. Toda a sabedoria consiste no amor a Deus, e, em toda sabedoria está o cumprimento da lei. Portanto, quem abraça a lei possuirá sabedoria, para encontrar alegria e satisfação alimentando-se com o pão da inteligência.

No fervor cristão das famílias unidas, nos ideais da juventude e na esperança das crianças que no Brasil nascem livremente, colaborem com nossos esforços para uma sociedade mais fraterna, mais justa e mais humana.

No Congresso Nacional que aumente a fé, para reconhecermos a presença de futuros constituintes com propósitos adequados para transformar esta terra de Santa Cruz numa grande hóstia no altar do Universo, oferecida ao Pai pelas mãos da Mãe, a Virgem Aparecida, Padroeira do Brasil.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro nos Anais desta Casa de leis, da moção de solidariedade ao povo chileno, em sua luta contra a tirania e pelo restabelecimento da democracia.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) GERNOTÉ KIRINUS.

#### JUSTIFICATIVA:

Este mês de setembro assinala um aniversário que é motivo de revolta e vergonha para todas as consciências democráticas: a ditadura militar chilena completa treze anos no poder.

Treze anos - mais de uma década de crimes, perseguições, violências. O povo chileno foi tolhido em seus mais elementares direitos. Os assassinatos políticos se transformaram em rotina nos cárceres da ditadura. Qualquer manifestação popular é reprimida com indiscriminável ferocidade. Os sindicatos são fechados, as universidades invadidas. E a economia naufraga: o Chile,

que já foi um dos mais promissores países da América Latina, testemunha hoje a falência da sua agricultura, o sucateamento da indústria, a fome e a miséria do povo.

Mas, se foram treze anos de ditadura, também foram treze anos de corajosa resistência. O povo chileno, enfrentando desarmado, bombas e canhões, está nas ruas exigindo o fim do governo militar.

E é fundamental que os chilenos saibam que não estão sozinhos: eles têm nosso integral apoio e solidariedade. Nós, brasileiros, também sofremos, em nossa história muito recente, as conseqüências do autoritarismo, da ditadura, da supressão das liberdades individuais. Por isso, sabemos avaliar muito bem o que está sendo o sofrimento desta Nação irmã.

Não temos dúvida: a vitória está próxima. O povo chileno vencerá. E, com ele, a justiça e a democracia.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada cópia de seu discurso pronunciado neste plenário em 1.º do corrente mês, sobre o problema da falta de leite, ao Ilustríssimo Senhor Roberto Rodrigues, MD. Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

Queremos transmitir ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil a nossa visão do problema da falta de leite nos lares brasileiros, que reflete a opinião de amplos setores da nossa sociedade. Além disso, apresentamos nossa proposta e nosso apelo no sentido de que seja feito um acordo das partes envolvidas para a solução do referido problema.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviada cópia de seu discurso pronunciado neste plenário em 1.º do corrente mês, sobre o problema da falta do leite, ao Excelentíssimo Senhor Dilson Domingos Funaro, MD. Ministro de Estado da Fazenda.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

É necessário transmitir ao Excelentíssimo Senhor Ministro a nossa preocupação diante do grave problema da falta de leite

Curitiba, segunda, em 15.09.86

nos lares brasileiros, assim como a nossa proposta e o nosso apelo no sentido de que seja feito um acordo das partes envolvidas para a solução do problema.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviada cópia de seu discurso pronunciado neste plenário em 1.º do corrente mês, sobre o problema da falta do leite, ao Ilustríssimo Senhor Guntolf Van Kaick, MD. Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

Desejamos transmitir ao Ilustríssimo Senhor Presidente da OCEPAR nossa preocupação diante do grave problema da falta de leite nos lares brasileiros, assim como a nossa proposta e o nosso apelo no sentido de que seja feito um acordo das partes envolvidas para a solução do problema no mais breve espaço de tempo possível.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente dirigido a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, objetivando a implantação do ensino de 2.º grau no Distrito Administrativo de Piquirivai, pertencente à Municipalidade de Campo Mourão.

Importante localidade, o Distrito Administrativo concentra expressivo número de habitantes em sua área. A maioria da população mantém suas atividades voltadas fundamentalmente para a agricultura, representando tal setor rural a base de sustentação econômica.

Tendo em vista a condição daquela sociedade que, aliás, apresenta um processo desenvolvimentista em ritmo crescente, torna-se imprescindível, por outro lado, implantar uma infra-estrutura que seja efetivamente adequada às reais necessidades, bem como ao próprio potencial.

Neste sentido, no que diz respeito à educação, Piquirivai está a reivindicar, através da Ilustríssima Senhora Maria Teixeira Berbet, Diretora da Escola Estadual, juntamente com abaixo-assinado (contendo 83 nomes em anexo), a criação e instalação do ensino de segundo grau.

Primeiramente, trata-se de uma justa postulação, pois, Piquirivai bem reúne condições para isto, a começar pelo número de pessoas que querem continuar seus estu-

dos, mas que, infelizmente, não o fazem, face à necessidade de terem que se deslocar a sede, fato que é responsável por grande evasão escolar. E a segunda razão é que a própria Escola Estadual de Piquirivai, com algumas medidas, poderá servir para a realização do ensino do citado nível.

Pelas razões que se apresentam, suficientes para justificar este pedido, espera-se, num menor espaço de tempo possível, que essa Pasta determine a implantação do ensino de segundo grau naquele Distrito Administrativo, concretizando, deste modo, uma luta profundamente inerente aos interesses legítimos de seu povo.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, estudos no sentido da implantação do ensino de segundo grau, em Ourilândia, localidade pertencente a Municipalidade de Barbosa Ferraz.

A iniciativa é de responsabilidade do Ilustríssimo Senhor José Rodrigues Filho, antigo morador do município e sobretudo preocupado com os problemas e reivindicações do povo, tem sentido as dificuldades atualmente enfrentadas por muitos jovens após concluírem o primeiro grau, que ficam na maioria das vezes impossibilitados de dar prosseguimento a seus estudos, ante à falta de um estabelecimento de nível médio.

Diante de tal realidade, que essa Secretaria, mediante um estudo a respeito, determine a criação e instalação do ensino de segundo grau, por tratar-se de uma aspiração perfeitamente justa para a localidade de Ourilândia.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de correspondência dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR- Telecomunicações do Paraná, a instalação de um telefone público na Municipalidade de Campo Mourão.

O presente expediente é apresentado baseando-se na reivindicação formalizada pela Associação dos Moradores do Jardim Modelo, através de seu Presidente, o Ilus-

tríssimo Senhor José Ferreira, tendo em vista que no referido Jardim existe falta de telefone para uso público, o que tem trazido uma série de dificuldades para seus habitantes, especialmente nos casos emergenciais em que qualquer tipo de comunicação seja indispensável.

Por tratar-se, seguramente, de uma justa reivindicação, espera-se, por parte dessa Companhia, o pronto atendimento da mesma, sendo oportuno informar que aquela entidade sugere a instalação do telefone nas proximidades do "Bar e Merceria Andrade", em razão de que lá existe maior afluência de pessoas.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial, dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social encarecendo maior apoio ao setor de assistência social na Municipalidade de Juranda.

A Excelentíssima Senhora Maria Zeni Prestes Messias, integrante do Poder Legislativo Municipal afirma existir alguns problemas com relação ao setor da assistência social, havendo a falta de maior apoio por parte dos organismos governamentais.

Deste modo, acatando sugestão da nobre Edil, que essa Pasta, dentro das possibilidades, determine o auxílio esperado, notadamente junto às crianças do Município.

Sala das Sessões, 15.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido da liberação de recursos para a construção de um centro social na Municipalidade de Janiópolis.

A presente reivindicação baseia-se em proposta apresentada pelo Ilustríssimo Senhor Gláucio Tejo de Araújo, médico, diretor clínico do Hospital Municipal de Janiópolis, que afirma ser de fundamental importância a implantação de um centro social naquela cidade, para permitir, sobretudo, uma maior integração da comunidade, através do lazer, da realização de cursos visando inúmeras orientações e o estímulo à vida comunitária.

Sem dúvida alguma, a criação do referido centro vem de encontro à busca do bem-estar social da população de Janiópolis, melhorando, por certo, as condições de vida das pessoas.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo o asfaltamento partindo da Rodovia Vassílio Boiko, saída para Roncador, até à COAMO - Cooperativa Agropecuária Mourãoense, localizada na Municipalidade de Iretama.

O entreposto da referida cooperativa recebe, diariamente, uma quantidade muito grande de produtos agrícolas, que para chegar até o local, são transportados por um acesso (cerca de 500 metros) que não oferece condições para até mesmo suportar o tráfego existente.

Por iniciativa do Excelentíssimo Senhor Humberto Gomes Martins, Prefeito Municipal, que essa Pasta determine a destinação de recursos orçamentários para a pavimentação do citado acesso.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, objetivando maior efetivo policial para a Municipalidade de Goioerê.

Em que pese haver sempre a predisposição dos responsáveis pela segurança pública, a população de Goioerê está a reivindicar melhores condições para que a polícia opere através de ações preventivas e de combate ao crime e pela manutenção da ordem pública.

Neste sentido, uma das providências que necessitam serem tomadas diz respeito ao aumento do efetivo policial, uma vez que, com um quadro ampliado, tornar-se-á mais eficiente o trabalho no setor.

Pelas razões que se apresentam, que essa Pasta, atendendo iniciativa do Excelentíssimo Senhor Antônio Bernardino Sena Neto, integrante do Poder Legislativo e Presidente do Diretório Municipal do PMDB, determine a adoção de medidas que resultem na concretização do que alude o presente

requerimento.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no intuito da destinação de recursos financeiros para a construção de uma sede administrativa da Reserva Florestal, localizada na Municipalidade de Fênix.

Em síntese, a Reserva Florestal "Rubens Augusto de Andrade", na Vila Rica do Espírito Santo é, fora de qualquer dúvida, uma das últimas áreas verdes existentes no Estado. Não apenas pelas vegetações nativas encontradas, mas por ter no local, passado e mesmo se estabelecido legião de índios, responsáveis por pioneiras civilizações.

Neste sentido, torna-se indispensável a preservação e recuperação da referida área, parte da história do Paraná, que a população do Município de Fênix quer também, divulgar do ponto de vista turístico. Mas para tanto, pretende-se construir um local para abrigar, entre outros, um museu, na denominada Reserva Florestal "Rubens Augusto de Andrade", sendo indispensável a aplicação de expressiva quantidade de recursos, havendo a necessidade de participação dessa Governadoria.

Vindo de encontro a proposta da Câmara Municipal de Vereadores de Fênix, que haja a receptividade esperada ao presente requerimento, uma vez tratar-se de uma justa aspiração de inquestionável valor histórico-cultural.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja remetido ofício dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, visando a liberação de recursos para a construção de um mini-posto para a Vila Brzezinski, pertencente à Municipalidade de Campo Mourão.

A Vila Brzezinski constitui-se num expressivo contingente de pessoas, a maior parte delas direta e indiretamente ligadas ao cultivo da terra. Das inúmeras solicitações que fazem, visando naturalmente a melhoria das condições de vida, destaca-se a implantação de um mini-posto de saúde.

Para tanto, é necessário o emprego de recursos, onde é esperada a participação dessa Pasta para a construção da referida obra.

Pelas razões que se apresentam, aliás de iniciativa feita pelo Ilustríssimo Senhor José Martins em nome da Vila, aguarda-se a adoção de medidas que venham efetivamente trazer os resultados esperados.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido este douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Engenheiro Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, visando a pavimentação asfáltica da estrada de leito natural que liga, no Município de São Jorge do Patrocínio, esta cidade à Vila Oriental, povoado altamente populoso e de grande relevância econômica.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) TADEU FRANÇA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvida esta Augusta Casa de Leis, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Engenheiro Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da estrada de leito natural que relaciona as Cidades de Paissandu e Ourizona, numa distância aproximada de 17 km, à qual viria facilitar sensivelmente o transporte viário entre os dois municípios, aproximando melhor o acesso, que antes necessariamente deveria ser feito por Maringá ou Doutor Camargo, por via asfáltica.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) TADEU FRANÇA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Irrigação, Doutor Vicente Fialho, solicitando a inclusão do Município de QUERÊNCIA DO NORTE, Paraná, no Plano de Irrigação desse Ministério.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) NILSO SGUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de QUERÊNCIA DO NORTE ostenta o título de maior produtor de arroz



irrigado do Estado do Paraná, com uma participação estimada em 47%, de acordo com cálculos do DERAL.

Esse título foi conseguido graças à somatória dos esforços da comunidade, Associação de Desenvolvimento Comunitário e à valiosa ajuda da Prefeitura Municipal, Banco do Brasil e ACARPA, os quais possibilitaram a implantação do Projeto de Aproveitamento de Várzeas, com a instalação de cinco moto-bombas e um conduto de nove mil metros, além de todos os elementos necessários à irrigação de mil alqueires de arroz.

Graças a esse trabalho, hoje os armazéns do município estão abarrotados, e praticamente completa a capacidade da COPASA do vizinho Município de Santa Cruz do Monte Castelo.

Os frutos do trabalho são uma realidade, e o município colhe excelente safra nos seus 7.551 hectares de arroz irrigado.

Tal realidade credita e habilita o Município de QUERÊNCIA DO NORTE a pleitear a inclusão no Plano de Irrigação do Ministério de Irrigação, eis porquê, reiteramos nosso pedido de envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Vicente Fialho, Digníssimo Ministro de Estado da Irrigação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente dirigido à Governadoria encarecendo a liberação de verbas para o Distrito Administrativo de São Vicente, pertencente à Municipalidade de Araruna.

Trata-se, conforme documento referente à parte orçamentária, da execução de meio-fio e pavimentação asfáltica naquela localidade, cujas pretendidas melhorias são antigas reivindicações feitas pela comunidade. Porém, para que as mesmas efetivamente sejam em breve uma realidade, é indispensável a participação do Governo do Estado, no sentido da liberação de recursos, uma vez que a Administração Municipal de Araruna não dispõe em seu orçamento de dinheiro suficiente para tal obra.

Pelas razões que se apresentam, que essa Governadoria, conforme iniciativa do Excelentíssimo Senhor Osvaldo Valarini, Prefeito Municipal, dê o esperado respaldo a esta que, seguramente, é uma justa reivindicação.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Luiz Córdoni Júnior, MD. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando um consultório odontológico para o Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 15/09/86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

A população carente do Município de Boa Esperança necessita de atendimento odontológico, e essa reivindicação vem sendo respaldada pelo Prefeito Municipal, Celso Buscariol, além de diversas lideranças políticas locais.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente a Excelentíssima Senhora Gilda Poli Rocha Loures, MD. Secretária de Estado da Educação, solicitando a pintura do Colégio João XXIII do Município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 15/09/86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

O atual estado de conservação do referido Colégio, principalmente na parte de pintura, é lastimável. Necessário, portanto, que se faça nova pintura do edifício, visando a melhoria do ambiente de trabalho para os professores e alunos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor ANTÔNIO CORREIA RIBAS, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando o cascalhamento, através do PRO-RURAL, da estrada PR-092, num trecho de aproximadamente (06) seis quilômetros, entre as localidades de Córrego Fundo e José Batista, no Município de Arapoti.

Sala das Sessões, em 15/09/86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

Na região servida por aquela estrada, existem inúmeras propriedades rurais que precisam vias em boas condições de tráfego para o escoamento da produção, e como a PR-092 está muito danificada, faz-se necessário o cascalhamento daquele trecho.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,



no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando seja revisto o projeto da rodovia asfáltica que liga os Municípios de Guaraniaçu a Palmital, no sentido de estudar a viabilidade de inclusão no referido projeto, o Distrito de Diamante, no Município de Guaraniaçu, o qual conta com uma população bastante representativa em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 15/09/86.

(a) IVAN GUBERT

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Grupos de ALCOÓLICOS ANÔNIMOS - "AA" do Paraná, pela passagem do 18º aniversário de implantação deste movimento em nosso Estado, e que será comemorado com uma Reunião Pública, a realizar-se às 20:30 horas do próximo dia 04 do corrente, no Auditório da Reitoria da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 15/09/86.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### JUSTIFICATIVA:

Fundado em 1968, com o Grupo denominado Independência, e que funcionou por muitos anos em uma pequena sala localizada na rua Saldanha Marinho, nesta Capital. Desde então, ALCOÓLICOS ANÔNIMOS tem procurado expandir-se com a fundação de diversos Grupos em Curitiba e no interior do Estado. Alcoólicos Anônimos é uma irmandade de homens e mulheres que compartilham suas experiências, forças e esperanças a fim de resolver seu problema comum e ajudar outros a se recuperarem do alcoolismo e não são poucas as pessoas que conseguiram se livrar desta doença, fazendo com que a felicidade voltasse a reinar em milhares de lares, e os sorrisos tornassem a brilhar com entusiasmo, novamente nos lábios de esposas, filhos e mães que viviam no desespero e no tormento e, em muitos casos, vivendo num ambiente de verdadeiro horror. Segundo a Organização Mundial de Saúde, é a terceira maior causa de mortes em todo o mundo, perdendo apenas para as doenças do coração e o câncer.

No Brasil, é a segunda causa de internação em hospitais psiquiátricos, e 50% das mortes por traumas acidentais, homicídios e suicídios estão relacionados com o abuso do álcool. Durante séculos o alcoolismo foi encarado como uma questão moral. Em consequência disto, ainda hoje os alcoólatras sofrem discriminações as mais ab-

surdas.

Novo e surpreendente enfoque do problema surgiu em 1939 com a publicação do livro "Alcoólicos Anônimos", que emprestou seu nome a um dos mais benfeitos movimentos deste século. O livro proclamou que o alcoolismo é uma doença. Na década de 1950, a Organização Mundial de Saúde veio a codificá-la em sua classificação internacional de Doenças com o número 303 e a rubrica "Síndrome de dependência do álcool".

Estima-se que o Brasil possui mais de seis milhões de alcoólatras em diversos graus de desenvolvimento da doença. Os que ainda não sofreram graves consequências, se não forem tratados, virão a sofrê-las em virtude da trágica progressividade do alcoolismo. O Brasil precisa urgentemente de órgãos estatais especializados em alcoolismo nas áreas federal, estadual e municipal, para combater este mal "doença" que tem ceifado tantas vidas, e destruído tantos lares.

Os Alcoólicos Anônimos, com indiscutível e comumente autoridade de sua experiência, costumam dizer que cada alcoólatra causa danos psico-sociais e pelo menos cinco pessoas que com ele convivem são cônjuges neuróticos, filhos desajustados, casamentos desfeitos, abandono material da família, criminalidade etc, etc.. Na esfera de competência específica do Estado, o alcoolismo é responsável por inúmeros problemas de segurança pública, pela superlotação hospitalar, por ausências ao serviço, pela queda de produtividade, por acidentes do trabalho e pelo ônus dos auxílios-doenças e das pensões motivadas por aposentadoria ou morte prematuras. No entanto, esse complexo problema pode ser minimizado a médio prazo e com investimentos infinitamente menores que seus custos sociais, se considerarmos que apenas 2% de alcoólatras são recuperados por tratamentos clínicos, e que não mais de 15% o são por custos as psicoterapias. A afirmativa pode parecer temerária. Mais inverídica pareceria a afirmativa se a examinássemos pelo prisma da desinformação. Nossas universidades sonham aos futuros profissionais, inclusive médicos, psicólogos, assistentes sociais e líderes religiosos os conceitos modernos sobre o assunto, e isto dispensa qualquer comentário sobre o grau de ignorância em que é mantida a população.

O alcoólatra é tratado oficialmente como simples caso de polícia até que sua doença o leve a ter complicações físicas e mentais. Então, é admitido em tratamento nas enfermarias ou através da Previdência Social e, em quase todos os casos, tratam-se as complicações do alcoolismo sem se atentar para a verdadeira natureza desta

doença, iniciando um processo de sucessivas recaídas. As técnicas de tratamento em vigor conflitam com os conceitos emergentes nos países desenvolvidos.

Apesar de tudo, mantemos a afirmativa de que o problema pode ser minimizado a baixos custos. Na área científica, estão à disposição do Governo uns poucos, porém, abnegados especialistas nacionais. E nenhum desses especialistas desprezaria o mais valioso instrumento de ação na luta mundial contra o alcoolismo: os Alcoólicos Anônimos. E eles, os Alcoólicos Anônimos, aí estão às dezenas de milhares, espalhados por todo o País, como testemunhos vivos da eficiência de seu programa de recuperação. Bem informados sobre o assunto, independentemente do grau de instrução que tenham, contando com a colaboração de seus familiares e estribados na sua experiência de alcoolismo ativo e de recuperação, tudo que os Alcoólicos Anônimos querem de nós - de seus representantes, o que querem do Governo e da Sociedade - é, evangelicamente, a oportunidade de dar de graça o que de graça receberam.

Por isso, estamos certos de que um programa racional de profilaxia e tratamento do alcoolismo poderá dar grandes resultados a prazo relativamente curto e a baixos custos. Os Alcoólicos Anônimos, um exército de homens e mulheres, recuperados ou em recuperação, se dispõem a fazer palestras esclarecedoras em escolas, fábricas, repartições públicas e onde mais for necessário. Eles estão prontos a dar assistência a todo e qualquer alcoólatra e a colaborar gratuitamente com os hospitais e ambulatórios. Nada cobram e nada pedem a não ser o resguardo de seu anonimato pessoal a nível de imprensa e que cada novo membro procure ajudar outros alcoólatras, e não são poucos os que se deslocam nos finais de semana para outras cidades, principalmente do Interior, levando as suas sofridas experiências de alcoólatras, para fundar novos grupos e assim trazer de volta ao seio da sociedade homens e mulheres que trocaram sua maior riqueza, a família, por um copo de bebida.

Concitemos o Governo a criar órgãos especializados em recuperação de alcoólatras e a solicitar a colaboração de "ALCOÓLICOS ANÔNIMOS", em nome das centenas de milhares de famílias paranaenses e brasileiras que estão sofrendo por causa do alcoolismo. A esses abnegados que estão espalhados por mais de 50 países, só podemos dizer, muito obrigado, e parabéns por salvarem tantas vidas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

SÚMULA: Requer seja acrescentado adendo explicativo ao expediente enviado ao

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em 1. de setembro de 1986, aprovado em Plenário por esta Assembléia Legislativa, em 27 de agosto de 1986 e que, por lapso de redação, não constou daquele referido expediente.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, em Regime de Urgência, o envio de retificação ao expediente aprovado em Plenário no dia 27 de agosto de 1986, que solicita: "... sejam estendidas as vantagens da Lei 1.782, de 24 de dezembro de 1952 aos sub-Oficiais e Sargentos Especialistas da Aeronáutica". - ao que se acrescenta: - "... portadores da Cruz da Aviação e já transferidos para a reserva não remunerada".

Sala das Sessões, em 15/09/86.

(a) TRAJANO BASTOS

#### JUSTIFICATIVA:

O adendo: ... "portadores da Cruz da Aviação e já transferidos para a reserva não remunerada" - é necessário para que se faça, com justiça, a necessária distinção entre os sub-Oficiais e Sargentos Especialistas da Aeronáutica que estão na ativa, daqueles já transferidos para a reserva não remunerada e que participaram efetivamente das operações bélicas, dando desempenho a missões de guerra.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Governo Federal, na pessoa do Senhor Presidente da República, com o pedido de restrições ao relacionamento do Brasil com o Chile, como forma de apressar o retorno desse País vizinho à democracia.

Sala das Sessões, em 15/09/86.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvida esta Augusta Casa de Leis, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, Doutor Ailton Reis, solicitando seja viabilizado junto à SANEPAR, estender a rede de tratamento de água até a Vila "Asa Branca", situado no Bairro do Atuba, pois, a população daquela comunidade não dispõe desse benefício de ordem prioritária, consumindo o líquido captado em poços sem a mínima condição sanitária.

Sala das Sessões, em 15/09/86.

(a) TADEU FRANÇA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvida esta Augusta Casa de Leis, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, MD. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando-lhe seja viabilizado estudos no sentido de inclusão, na próxima reforma da Organização Judiciária do Estado, a criação do Distrito Judiciário de Mauá da Serra e Nova Amoreira, ambos situados no Município de Marilândia do Sul, pois a demanda de casos jurídicos existentes no Município, requer a infra-estrutura necessária à solicitação em epígrafe.

Sala das Sessões, em 15/09/86.

(a) TADEU FRANÇA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de Pedido de Informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública para que informe a esta Casa das providências que vêm sendo tomadas por aquela Pasta, com relação às notícias veiculadas através do Jornal "O Estado de São Paulo", sobre o grande problema dos furtos de automóveis em nosso País, e que segundo aquele órgão de imprensa estariam tendo cobertura em nosso Estado, referente à falsificação por parte de Devair Brianezi, na Cidade de Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 15/09/86.

(a) ERONDY SILVÉRIO

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 207/86  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1.º - O Artigo 2.º da Lei n. 8.247, de 13 de janeiro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º - Os professores cuja situação funcional for alterada por esta lei, serão lotados preferencialmente nos estabelecimentos de ensino do mesmo município de exercício, respeitando-se os critérios de suprimentos de vagas físicas da SEED, enquadrando-se, nos limites de 10, 15 e 22 aulas semanais, conforme a sua carga horária, em 16 de outubro de 1979, ou pela média aritmética da verificada nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data da Lei n. 7.208/79, mediante opção a ser exercida dentro de 1 (hum) ano da vigência desta

Lei".

Parágrafo Único - Os parágrafos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º, do referido artigo 2.º mantêm-se com a atual redação.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) TADEU FRANÇA.

## JUSTIFICATIVA:

A Lei n. 8.247, de 13 de janeiro de 1986, integra no Quadro Único do Pessoal do Poder Executivo os professores regidos pela Lei n. 6.508/73, e pelo Decreto n. 5.012/74.

A medida que estamos propondo amplia o prazo para os beneficiados pela referida Lei realizarem a sua opção, permitindo que os que, por qualquer motivo, tenham perdido o prazo fixado, tenham a possibilidade de fazê-lo.

Como é evidente o alcance social da proposta, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N. 208/86  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder pensão alimentícia às famílias de pessoas que venham a falecer vítimas da violência urbana.

Art. 2.º - O Poder Executivo, através de Decreto, regulamentará a presente lei, até 90 dias após a sua publicação.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) FIORI LUIZ.

## JUSTIFICATIVA:

A violência urbana é o grande drama de nossos dias. Cotidianamente a imprensa registra as vítimas dessa situação. Muitas das vezes as famílias ficam destituídas com a perda de um de seus membros.

Sabemos que a solução definitiva para este problema está na resolução das desigualdades sociais, no fim do desemprego, da fome e da miséria.

Contudo, entendemos que a medida que estamos propondo é o necessário e indispensável amparo do Estado para permitir a sobrevivência de famílias desamparadas pela perda de um ente querido.

Nesse sentido, solicitamos o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N. 209/86

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS E ESCRITORAS DO BRASIL - AJEB -, com sede e foro na Rua Professor João Cândido, n.1, Curitiba- Paraná.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA:

A proposta de declaração de utilidade pública à ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS E ESCRITORAS DO BRASIL - AJEB - vem reconhecer o denodado esforço de uma plêiade de mulheres paranaenses, profundamente devotadas à preservação de nossa cultura e divulgação da mesma, além-fronteiras. Fundada a 8 de abril de 1970, esta sociedade civil, de fins não econômicos e sem objetivos de lucro, tem sede e foro na Capital paranaense, embora hoje, esteja projetada e se veja respeitada a nível nacional como entidade de proa na defesa dos valores e criatividade da terra dos pinheirais. Em seus objetivos primordiais, a referida entidade vem se mantendo fiel à proposta pioneira de unir as Jornalistas e Escritoras brasileiras, para interligá-las e organizá-las através de seminários e congressos - nacionais e internacionais, buscando a harmonia entre todos os povos e promovendo a troca de conhecimentos e experiências entre as suas associadas e congêneres. O aperfeiçoamento profissional daqueles que integram a Associação e preocupação constante, viabilizada e executada através de bolsas de estudo nacionais e internacionais, de promoção sistemática de certames com outorga de prêmios para Jornalismo e Literatura bem como de reuniões e assembleias gerais descentralizadas. São inúmeros os congressos internacionais em que a AJEB se faz-integrada à representação brasileira. Igualmente tem sido relevante a colaboração emprestada pelas ajebianas junto à promoção e venda de livros seus na Livraria Dario Vellozo, junto à Fundação Cultural de Curitiba, fazendo com que se incrementasse a produtividade da cultura paranaense e, em especial, a criatividade da mulher. Da mesma forma é intensa a presença de ajebianas junto aos órgãos da imprensa escrita de nosso Estado, em efetiva colaboração e participação da vida política, social, econômica e cultural em que se insere. Esta mesma presença se verifica integrada aos demais órgãos representativos da cultura paranaense, como a Academia Paranaen-

se de Letras, a Academia Feminina Paranaense de Letras, o Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, o Centro Paranaense Feminino da Cultura, a Sala do Poeta, a União dos Trovadores, a Associação Nacional de Médicos Escritores entre outros. Interligada também a nível nacional e à Associação Mundial de Mulheres Periodistas e Escritoras. Por tantas razões acima citadas e pelo que representa de vigilância e salvaguarda às raízes e valores das culturas paranaense e brasileira, justifica-se o reconhecimento de utilidade pública à AJEB- entidade que vem sendo, através de gerações, lúdima representante e promotora do que de mais nobre há na alma deste País.

PROJETO DE LEI N. 210/86  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica declarada de utilidade pública o SINDICATO DOS PROFESSORES DO PARANÁ, com sede e foro a Rua XV de Novembro, 556, 2.º andar- Cj. 205- Curitiba-Paraná.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.86.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

PROJETO DE LEI N. 211/86  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. JUSTINO ARAÚJO VILELA.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15..09.86.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA: É nossa intenção através do presente Plano de Lei, prestar uma justa homenagem a um homem que sempre batalhou para o engrandecimento da agricultura do Paraná, mais precisamente em prol da cafeicultura.

A pessoa que procuramos homenagear é filho de tradicional família mineira, nascido em Araguari, no Triângulo Mineiro, transferindo sua residência para o nosso Estado em 1949 e desde então, dedicou-se inteiramente a serviço da agricultura e principalmente para suplantiar todos os reveses do cafeicultor paranaense.

O extenso curriculum, que apresentamos em anexo, vem comprovar todos os benefícios executados pelo ilustre homem público, razão pela qual solicitamos aos nobres

Pares o devido apoio para o presente projeto, como também sua posterior aprovação.

## CURRÍCULO JUSTINO DE ARAÚJO VILELA

Cafeicultor, Líder Rural e Advogado

"Um terço de sua vida dedicado  
à Coletividade".

Filho de um magistrado, nasceu na cidade de Araguari, Minas Gerais, em 1906. Depois de passar pela Academia de Juiz de Fora, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, hoje Universidade do Brasil. Bacharel e doutor em Direito, formando-se em 1935. Casado com dona Mercedes Corsi Vilela, tem 2 (dois) filhos: Justino Vilela Jr., jornalista e Regina Amélia Araújo Vilela, bacharel em Direito, hoje advogada.

Como universitário foi fundador do "Jornal Acadêmico" de expressão nacional, como órgão dos estudantes do Brasil durante o curso de Direito.

Como estudante e líder acadêmico foi o iniciador dos júris simulados nas Faculdades de Direito do Brasil. Fundador e presidente por três anos da Associação Universitária do Brasil. Diretor da Cruzada Nacional de Educação com o objetivo de alfabetização. Foi chefe da delegação acadêmica ao norte do Brasil, percorrendo todos os estados do norte até Manaus, deixando inúmeras escolas de alfabetização, instaladas em número de 75 com ajuda do povo e dos governos estaduais, algumas até hoje em funcionamento.

Como acadêmico pronunciou conferências educacionais em vários estados, na luta contra o analfabetismo. Participou de excursões acadêmicas pelo interior do Brasil e pela Europa, na propaganda do Brasil.

Participou também da Imprensa, tendo trabalhado na redação do "Vespertino", "A Noite" e no "Globo".

Foi recebido na Universidade de Coimbra (Portugal), onde proferiu palestra sobre a cultura brasileira.

Esteve vários anos na Europa, principalmente na França, a serviço do Brasil. Depois de muitos anos, voltou ao Brasil, dedicando-se inteiramente à agricultura, ou melhor, à cafeicultura, voltando as suas raízes de família de cafeicultores residentes em Minas Gerais, elegendo o Paraná, onde fixou residência definitiva desde 1949, onde reside até hoje. Plantou quase um milhão de cafeeiros, tendo iniciado o plantio nas cidades de Bonsucesso, Jandaia do Sul e, finalmente, em Tamarana, distrito de Londrina.

No Paraná, fundou e presidiu a Associação Rural de Bonsucesso durante dois períodos.

Depois, veio residir em Londrina onde se encontra há longos anos. Aqui tomou parte em todas as reivindicações da agricultura.

Membro diretor da Associação Rural, hoje Sociedade Rural do Paraná; diretor do antigo Centro do Comércio do Café; ex-conselheiro da Sociedade Rural Brasileira e companheiro de lutas dos maiores líderes da cafeicultura Nacional como Sálvio de Almeida Prado, já falecido e Garibaldi Reali, cidadão honorário do Paraná.

Na sua luta conheceu e plantou quase todas as culturas, tendo em suas fazendas plantações de rami, algodão, café, quiri, hortelã e finalmente, pecuária de leite.

Lutou e conheceu todas as dificuldades e reveses do homem do campo, procurando levar às autoridades governamentais as dificuldades, injustiças e explorações da agricultura, gata borralheira em comparação com as suas irmãs da Indústria e do Comércio.

Em 1964, juntamente com o Prefeito de Londrina, na época dr. Milton Menezes, e o Bispo D. Geraldo Fernandes, percorreu todo o Norte do Paraná, em defesa do Paraná e do Brasil ameaçado por baderneiros, comunistas e aventureiros que tramavam tomar conta da Nação, apoiados pelo então Presidente da República João Goulart.

Tem o curso da Escola Superior de Guerra, veterano do Rotary Club de Londrina, chefiou várias campanhas junto aos governadores do Paraná, para a construção e conclusão de várias rodovias, principalmente a que liga Bonsucesso a Jandaia do Sul.

Foi eleito presidente da Associação Paranaense de Cafeicultores durante 18 (dezoito) anos, continuando as lutas e reivindicações e entre elas a famosa Marcha da Produção de expressão nacional, chefiada por Álvaro Godoy, já falecido.

Por intermédio da "APAC", um dos presidentes do IBC, de saudosa memória pelos desserviços prestados à cafeicultura, foi agraciado pela cidade de Londrina com o título de PERSONA NON GRATA.

E a luta pela cafeicultura continua, sendo atualmente um dos diretores e organizadores do Conselho Nacional do Café, presidido pelo ex-governador Abreu Sodré, hoje Ministro das Relações Exteriores do Brasil.

Foi eleito pelos cafeicultores do Paraná membro da Junta Administrativa do IBC, última eleição realizada com o voto dos cafeicultores, tendo sido um dos mais votados.

Esteve no IBC por mais de 2 (dois) períodos, tendo exercido a presidência da Comissão de Finanças e sendo ainda um dos responsáveis pela construção do Palácio do Café da Agência do IBC em Londrina, quando

em exercício na Presidência da Comissão de Finanças da Junta Administrativa do IBC.

Cidadão Honorário da cidade de Jandaia do Sul e Benemérito de outras cidades, por reconhecimento de serviços prestados à lavoura do Paraná.

Em 1976, como delegado do Paraná integrou a representação do Brasil na Conferência Mundial do Trabalho (OIT), realizada em Gênêve, na Suíça, oferecendo vários trabalhos em benefício da agricultura.

Mesmo agora completando 80 (oitenta) anos, é agraciado e escolhido pelos companheiros com o título de Presidente de Honra da Associação Paranaense dos Cafeicultores, em solenidade realizada na Sociedade Rural do Paraná, no ano de 1985.

Grande parte de sua vida tem sido dedicada às lutas pela agricultura e pelo Brasil.

## Justino Araújo Vilela



Uma existência a serviço da coletividade. Em sua mocidade, na Universidade do Brasil, a sua passagem foi marcante pelo trabalho, realizações e inovações, que elevaram a sua geração.

Filho de tradicional família mineira, de Juiz de Fora, onde seus avós, Gabriel Villela de Andrade e dona Francisca B. Martins Villela de Andrade, foram, com Batista de Oliveira e outros, os fundadores do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e também de várias indústrias.

Justino Vilela nasceu em Araguari, no Triângulo Mineiro, em 16 de dezembro de 1906, quando seu pai, Joaquim Martins Villela de Andrade, exercia o cargo de Juiz de Direito da Comarca.

Seus estudos: o curso ginasial foi feito no Colégio dos Maristas, em Uberaba e na Academia de Comércio de Juiz de Fora, sob orientação dos padres da Congregação do Verbo Divino; concluiu-o em Barbacena. Ingressou na Faculdade de Direito do Brasil, conseguindo um dos primeiros lugares no exame vestibular. Colou grau em 6 de dezembro de 1935, fazendo a seguir dois anos de curso de doutorado, defendendo a tese: "Legítima Defesa", aprovada com distinção.

Durante seu tempo de estudante lêz parte do Diretório Acadêmico, fundou a Associação Universitária do Brasil, que congregava os acadêmicos de todo o país. Nesta ocasião foi eleito seu primeiro presidente e reeleito no segundo período.

Ainda estudante foi Oficial de Gabinete no Ministério da Educação, no governo Getúlio Vargas.

Fundou o primeiro jornal "Jornal Acadêmico", em 1933, o maior órgão da classe, até hoje sem similar.

Como acadêmico distinguiu-se como precursor de atividades que marcaram uma nova época entre a mocidade acadêmica, como a instituição de juris simulados — o primeiro jur simulado foi realizado no Salão Nobre da Faculdade de Direito da U.B. Sob a presidência de Justino foram abertas 123 escolas de alfabetização no norte do Brasil, campanha cívica da Cruzada Nacional de Educação. A campanha foi amplamente vitoriosa, culminando com uma conferência de Justino no Teatro Amazonas, em sessão solene presidida pelo Cap. Nelson de Mello, depois Marechal da República. Nesta jornada cívica, conhecida de todo o Brasil, o desejo de incentivar a instrução teve papel preponderante. Foi a primeira Campanha de Alfabetização em Massa ocorrida no Brasil.

Tomando parte no movimento constitucional iniciado em São Paulo, Justino Vilela também teve seu estágio no cárcere, amargurando e sofrendo por seus ideais democráticos. Entre seus mestres os nomes mais expressivos do professorado, como Gilberto Amado, Queiroz Lima, Leonildo Ribeiro, Harneman Guimarães, Pontes de Miranda e muitos outros.

Terminado o seu curso jurídico abriu sua banca de advogado no Rio de Janeiro, na rua do Ouvidor, onde trabalhou por mais de 10 anos. Na chelha do seu escritório teve como companheiros de trabalho o dr. Antônio Gonçalves, de Oliveira, ex-consultor jurídico da nação e ex-Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal; Prof. Colrin Netto, atual Secretário do Interior e Justiça do Estado da Guanabara e Porto da Silveira, advogado e jornalista. Com estes companheiros conseguiu um escritório de renome, só o deixando quando se transferiu para o Exterior, a serviço do Brasil. Residiu fora do País mais de 9 anos.

Voltando da França, em 1958, veio direto para o Paraná e no antigo Patrimônio de Bom Sucesso, abriu a Fazenda São Domingos.

Juntamente com seus irmãos José e Antônio Araújo Vilela deu início às atividades rurais, abrindo outras fazendas.

Em 19 de dezembro de 1957 desposou D. Mercedes Corsi, de família paulista radicada na agricultura e que soube transformar em fazenda modelo a propriedade que o casal ainda hoje possui no município de Itambé.

Com seus dois filhos, Justino Júnior e Regina, o casal transferiu-se para Londrina, onde, estimado por todos, presta serviços relevantes à coletividade. Já formou tradição na comunidade londrinense.

Em Bom Sucesso fundou a Associação Rural do Bom Sucesso, juntamente com Raul Carlosse, Valdomar Bertogna e Nero Macedo Júnior. Esta Associação tornou-se conhecida em todo o Brasil, pelas suas múltiplas atividades, elevando o nome da cidade, fazendo reivindicações justas da cafeicultura.

Um homem sereno, ponderado, e inteligência brilhante, esguerrado quando necessário, tomou parte e chefiou muitas outras campanhas de reivindicações, não só da cafeicultura mas de outras práticas agrícolas.

Certa feita pôs-se em campo, para denunciar às autoridades do País o abandono em que se encontravam as lavouras de hortelã, pois os produtos se encontravam sem preço e na dependência de compradores inescrupulosos do origem chinesa e japonesa. Conclando com o apoio decisivo do governo e dos prefeitos dos municípios produtores conseguiu uma sensível melhora dos preços.

Assim é Justino Vilela, um líder ruralista. Lutou e continua lutando por preços mínimos melhores para os produtos da lavoura. Geralmente estes preços são em proporção muito desigual se comparados com aqueles atribuídos aos produtos industrializados.

Outra campanha conduzida sob sua liderança, com o objetivo de ligar, em linha reta, toda a região do Ivaí e da Foz do Iguaçu aos grandes centros consumidores do Rio e de São Paulo. Tratava-se de estender a grande Rodovia BR-369 aquelas novas regiões produtoras. A campanha tomou tempo e vulto. Senadores, Deputados Federais e Estaduais e Prefeitos foram convocados para memoráveis reuniões. Verbas foram conseguidas. Apesar das dificuldades dos desvios dos meios para outras estradas, mesmo assim Justino Vilela conseguiu o término do trecho Jandaia do Sul-Bom Sucesso, embora o asfaltamento ainda não tenha sido concretizado. Mas mantém ainda a mesma preocupação, que é uma constante nos seus pensamentos: o término dessa estrada de relevância estratégica é indispensável para a fartura dos grandes centros.

A cafeicultura sempre mereceu o maior esforço e dedicação do nosso biografado de agora. A luta contra o confisco cambial, contra os preços evitantes, os juros altos dos bancos, sempre tomou sua atenção. E exerceu sua liderança ao agruparem-se homens para reivindicar. Faz pronunciamentos oportunos e decisivos.

No momento sua maior tarefa é a conquista da renovação dos cafezais do Paraná e novos plantios, pois sabe que sem o Paraná o Brasil não terá o café que necessita para sua exportação e consumo interno.

Foi eleito ultimamente, por unanimidade, Presidente da Associação Paranaense dos Cafeicultores.

Concorrendo na última eleição para a Junta Administrativa do IBC disputando posição com deputados federais, banqueiros, altos funcionários do governo e representantes de poderosas cooperativas, Justino conquistou uma das mais significativas colocações, sendo assim ainda hoje, um dos representantes da cafeicultura na Junta do I.B.C. É o Presidente de Comissão do Gerco e membro de Comissão Internacional.

Já tomou curso da Justiça Militar e é Estagiário da Escola Superior de Guerra.

Ao final destas anotações sobre a atuação de Justino Vilela nas coisas da comunidade, dos interesses regionais e nacionais, na defesa da lavoura, uma só conclusão: é um líder autêntico com grandes vitórias. E sua atitude é continuada. Agora, por exemplo, está em campanha e no sentido de que o Paraná continue a sua ascensão e tome, em definitivo, a posição de cabeça do Brasil e, mais, a de maior produtor de café. Para dar corpo ao seu pensamento e fazer seu ideal comum de todos, ouve os clamores da cafeicultura paranaense e aponta soluções. Como primeiras resultantes, eis que o governo já atendeu diversas das justas reivindicações da classe.

Surjam líderes como Justino Vilela. Haverá ritmo novo, altamente dinamizado, a conduzir todos os lances oportunos capazes de sacudir as nossas estruturas e colocar-nos na merecida posição no conceito nacional.



## FOLHA DE LONDRIANA

O JORNAL DO PARANÁ

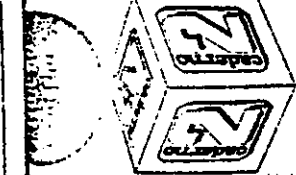
Hoje, 44 páginas

Cr\$ 70

Ano 35 / n. 9322

Diretor-Presidente: João Milhaz

Londrina, domingo, 27 de fevereiro de 1983



• O novo chefe do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Apolo Mário Tondoro, conta quais são os seus planos para o órgão. E abre o jogo: vai fazer tudo democraticamente, consultando os setores artísticos da cidade. *Ext. na Pág. 18*

• A voz, que é o instrumento, de Teté Espíndola é tema de comentário de Edilson Leal, em Música Popular Brasileira, na Pág. 21

• A poesia japonesa, seu significado, seu ritmo, em comentário de José Joffily, em "Livros", na Pág. 23; anjo dos poemas de José Pedro Braz, poeta de Aracaju, que ocupa hoje o espaço de "Leitura", na Pág. 22

• Como tratar da ulcera, que ameaça a cada dia um número maior de brasileiros? E as crises, realmente têm poderes de cura? Leia em "Saúde", na Pág. 25

• E ainda: variedades, as novidades do mundo social em "Gente Acostumado", o que a Ford revela do trabalho nas novidades automobilísticas em "Transportes & Energia",

• Epa, opa, tem ainda o Jota e a suplica que assola o País e as "Golias" que estão apertando nos órgãos municipais, estaduais e federais, stress da máti, do FMI, da crise, do desemprego etc e tal. Principalmente o tal. Na Pág. 28



## Prefeito convida multirão

Em Assis Chateaubriand, oeste do Paraná, o prefeito Osvaldo Laghi convidou um multirão de moradores locais para fazer uma limpeza geral no município, inclusive por causa de uma epidemia fantasma - a dengue - além do perigo de um bueiro entupido, devido ao café dos serviços públicos. E uma das (10) é feita, P. 34

## Clementina de Jesus

**Já saiu do hospital**  
Contrariando as previsões auguricamente divulgadas, a cantora Clementina de Jesus deixou o hospital na manhã de ontem, no Rio. Ela estava internada desde a última quarta-feira, no Pronto-Socorro da Tijuca, sob os cuidados do médico Isaac Obadia, que a socorreu quando Clementina foi acometida por um princípio de derrame. Segundo informações do médico, Clementina teve alta antes do tempo inicialmente previsto, que seria amanhã, porque se recuperou muito rapidamente. "Clementina está muito bem e de vez o hospital completamente liberado com algumas compromissos neurológicos em consequência do infarto de derrame cerebral que teve. Por isso, acho que ela já poderia voltar para casa, embora com certas recomendações", Isaac Obadia explicou que como Clementina tem 83 anos e já sofreu um derrame há seis anos, além de ter problemas circulatórios crônicos, ela deverá manter uma medicação rígida para dilatar os vasos e evitar excessos de qualquer ordem.

## Londrina precisa vencer o Brasil

O Londrina insistiu a disputa da Taça de Prata com um time jovem e sem muita experiência. Sob comando do técnico Ramon Ildefonso, a equipe vem fazendo boa campanha e hoje, contra o Brasil, no Estádio da Café, estreia na segunda fase da competição. O jogo será às 19h30. A partida começa às 19h30 e deve ser das mais emocionantes. Os carismas prometem jogar para vencer. O Londrina não pode nem mesmo empatar, e o Brasil não pode nem mesmo perder. A vitória é apenas o primeiro passo para a Taça de Prata. O árbitro será o gaúcho Carlos Rosa Martins, que apitou o primeiro jogo do Londrina no Campeonato Nacional. P. 16

## Perfil do cafeciteiro

Um dos articuladores e dos mais audaciosos defensores do movimento de março de 1961, ele é, na mesma proporção, um dos mais descepcionados com os rumos da Revolução, principalmente em relação à sua paixão -- o café. Atenção: hoje o orgulho de ter sido um dos mais vibrantes líderes da cafeicultura, Justino Vilela, lamenta profundamente o desfecho da luta, com que os governos pós-64 trataram e tratam o ex-uro "cafeiteiro". Mesmo assim, não arreda pé: "Se eu tivesse ainda a vida para o Brasil o mesmo serviço que prestei em 64". O perfil de Vilela, que é o próprio perfil do cafeicultor, está na página 17, contada pelo repórter Edson Vilela. P. 16

## Esperando o Papa

A conturbada América Central aguarda com muita ansiedade a visita do Papa João Paulo II, que visitará, de 2 a 9 de março, Costa Rica, Nicarágua, Panamá, El Salvador, Guatemala, Honduras, Belize e Haiti. A segurança do Pontífice ficará a cargo essencialmente das autoridades de cada um desses países, já que sua comitiva incluirá apenas 4 guardas suíços. Em El Salvador, a guerrilha neta, na grande manifestação contra a repressão do Governo, durante a missa que o Papa deverá celebrar no centro de San Salvador, no próximo dia 6, indicam que a maioria das mulheres salvadorenhas vestem luvas de Papa nas mãos, enquanto a população aguarda a visita de João Paulo II.



Agarrando-se às suas últimas forças e ostentando ainda o orgulho de um dos mais vibrantes líderes da cafeicultura, Justino Villela lamenta profundamente o desrespeito com que os governos pós-64 tratam o café



# Cafeicultor

Aos 78 anos, o mais agitado líder da cafeicultura paranaense tem hoje as 359 pés de café — "o suficiente para meu próprio consumo" — plantados no jardim de sua chácara no Jardim Novo Bandeirantes, está praticamente cego de um olho e o outro, no pélo, lides pontes de afeição. Mesmo assim, continua presidindo a Apac — Associação Paranaense dos Cafeicultores, que nos últimos anos vem se mantendo exclusivamente às suas costas. Ele acha que está na hora de "soltar os cachorros" — nomeadas e acionar — com a incompetência e a corrupção no Governo.

Um dos líderes da revolução de 64 no Norte do Paraná, o ministro de Araguaia, Justino Villela de Araújo se declara decepcionado com os rumos tomados pelo movimento e costuma dizer que o café está "destinado a ser vítima dos 'camalôs', se referindo ao atual ministro da Indústria e Comércio, Celso Faria, e ao ex-presidente do Instituto Brasileiro do Café, Camilo Calazans.

"Se houver um pouco de decência, seriedade e competência na economia café de hoje, o início da cafeicultura no Paraná, com o café, não foram de nada para 'pauzinhos'. Rio-Niterói e outros de hoje, não, patrimônio da cafeicultura seria suficiente para pagar metade dessa dívida externa que está aí. Mas faltou tudo, principalmente competência para gerir tudo isso".

Com a voz rouca — "a garganta já não é mais" — Justino pronuncia as palavras com cuidado, mastigando cada uma delas. E com razão: é uma declaração no mínimo esbarrada para quem é pedreiro convicto e votou no Governo nos últimos eleições. Mas ele explica:

"O que vejo na oposição não é uma necessidade de mudar a situação que o Brasil está vivendo e se enveredando nela, mas um grupo querendo simplesmente substituir outro grupo. E só isso está errado e não ter mais condições de lutar, se não ainda a prestar o mesmo serviço ao Brasil que prestei em 64, porque está na hora de mudar esse ministério, que não merece respeitabilidade nenhuma por que é pouco na arte de mentir. A palavra que o presidente da Apac tem pelo café não é que consegue explicar. Mas, começou em Borsucasso, em 1946, quando ele voltou do Rio de Janeiro, produziu, em termos de qualidade, um dos melhores cafés do Brasil. Mas o que impressionou Justino,

então com 30 anos, não foi a beleza das cafés:

"Fiquei chocado foi de ver aquelas pessoas apressadas, lutando em baixo do pé de café. Pensei que ridiculo, eles estão adorando uma árvore, diacho! Um ano depois eu estava lá, apressado, fazendo muitas honras ao pé de café". A partir daí, estava envolvido a carreira de advogado. Doutor em Direito Civil, abandonou a profissão e fundou a Associação Rural de Borsucasso, que só deixou para presidir a Apac, em 1962, quando mudou para Londrina.

Ao gosto pelo café estava definitivamente nas veias do ex-ministro (ex porque considera-se londrinense). E uma reunião para debater o problema, da "mãe de Deus", no ano passado, ele voltou a ficar indignado, só que desta vez com o que considerou uma desfeita da cafeicultura londrinense. Durante a reunião, o presidente de um sindicato da cidade aproveitou para dizer que para incentivar o turismo era preciso mudar a imagem de Londrina, acabando com "essa história de 'Capital do Café'". Foi o bastante para Justino levantar-se e praticamente expulsar o homem da reunião.

"Nunca houve e nem vai haver no Paraná um café e um produtor de café. O café", diz, lembrando que se o Governo tivesse de se lembrar saberia que a cafeicultura foi um dos setores que mais contribuíram para o êxito da revolução de 64. Acompanhado pelo filho Dom Geraldo Fernandes e pelo então prefeito de Londrina, Milton Moraes, Justino Villela percorreu todo o Paraná contando com bispos, padres, políticos e fazendeiros, pregando os ideais da revolução.

No início de 64, os líderes rurais que fundaram a "Ação Democrática do Paraná" passavam as noites em vigília no antigo prédio da Prefeitura — depois demolida para dar lugar a uma agência bancária — armados e "prontos para entrar em combate". As armas eram conseguidas com o Governo do Estado, a Polícia Militar ou compradas pelos próprios fazendeiros. "Estávamos tão envolvidos com a revolução que já tínhamos reservado até o local onde seriam executados se o movimento falhasse, também era a confiança que nós tínhamos nos militares para salvar o País". O local ficava no edifício América, que até hoje conserva seus 20 andares praticamente tomados pelos escritórios de corretagem de café, além da Apac e do Centro do Comércio do Café.

Naquele tempo, Justino tinha bons motivos para defender a revolução: além da confiança nos militares — "que se transformou em decepção" — ele tinha perto de um milhão de pés de café na Fazenda São Domingos, em Jandaia do Sul, que vendia em 78 para pagar dívidas. Problema que ele insiste não ter sido causado pela queda de 75, mas sim pela política "burra" do Governo Federal.

No ano seguinte, numa reunião em Londrina, o então presidente do IBC, Camilo Calazans, afirmou que não conhecia café na xícara, e mesmo assim muito mal. Revoltado com o que considerou um "diapirite", o presidente da Apac conseguiu que a Câmara desse ao presidente do IBC um título até então inédito na história da cidade: o de "peruista não grata". Depois, diante da notícia de que o presidente da Federação da Agricultura no Estado do Paraná havia se desculpado com o presidente Geisel em nome do Paraná, dizendo que a atitude dos vereadores londrinenses era meramente política, Justino resolveu se manifestar mais uma vez em nome dos cafeicultores, que preferiam esquecer o episódio e manter-se em paz com o Governo Federal.

Rio se orgulha até hoje de ter recebido do Itaguajá que mandou para o caríssimo presidente Geisel: "Eu sou e sempre fui arenista. Geisel, e ele garantiu que o ritmo dado ao presidente do IBC foi dado com todo o conhecimento, pela incompetência dele e por todos os prejuízos que ele causou ao Paraná". Mas os tempos haviam mudado à revelia daqueles homens acostumados a fazer valer sua vontade "a ferro e fogo", e isso ficou claro dois anos depois, em 1980, quando a Apac tentou reviver a "Marcha da Produção" (realizada em 1958), com a realização da "Missa do Café", em Jacareúba. O movimento foi frustrado antes mesmo de se solidificar, porque, na opinião de Justino, acabaram-se os ideais do setor.

Um dos últimos remanescentes da oligarquia que governou o Paraná por mais de três décadas e que entrou em decadência com a queda negra de 75, seguida das contensões de recursos do Governo Federal para o café, Justino

ja verdade não se conforma e nem sequer admite a decadência da cafeicultura paranaense e as alterações que isso trouxe para o Norte do Estado, pois foi um regime quase feudal. As lembranças da "época aurea", a vida boêmia da cidade, as ruas noturnas cheias de mulheres que vinham conquistar um fazendeiro, os privilégios que só um "barão do café" podia conseguir, não saem da memória do velho presidente da Apac, enfraquecida pelos fatos mais recentes.

Apesar dos problemas nos olhos — ele se prepara para mais uma operação — acompanha atentamente o noticiário que dá respeito à cafeicultura. O presidente da Apac não tem mais café — só os do jardim de sua chácara — mas fica indignado ao saber que o ministro Camilo Faria "deu de dolo" na comissão do Conselho Nacional do Café que o procurou há cerca de um mês para discutir os problemas e revidar medidas de estímulo para o setor.

"Na época de homens como Abram Godoy, Olímpio Nogueira Monteiro, isso não aconteceria", garante Justino, que se orgulha de ter tentado de todas as maneiras conversar com o presidente Figueiredo quando ele esteve em Curitiba, em 1985, e não ter conseguido porque os políticos ficaram assustados com o que ele poderia dizer ao presidente.

Atenuando ao poder, de aliado com o PDS, apesar da amizade com Ney Braga, que ele já carregou de anos para Brasília, Justino não se dá por satisfeito com o tratamento que os cafeicultores estão recebendo no Governo Federal — Justino não sabe mais como se definir politicamente. Considera Hélio Duque (PMDB) e Herbert Levy (PDS) os dois parlamentares mais importantes do Brasil hoje. Nos outros ele não confia "por causa da falta de coragem".

Apesar da "decepção", ele garante que não está arrependido de ter participado do movimento que fez a revolução de 64: "Naquele tempo não imaginávamos que ia virar o que virou. Tíntamos esperanças, confiamos nos militares. E o Castelo Branco até que não decepcionou, mas depois dele os presidentes que vieram foram um pior do que o outro. Esse último que está aí até que não é dos piores comparado com

os outros. Poderia até ser muito bom se escutasse melhor as condições". Que está na hora de mudar Justino acha que não resta dúvida: "Mas eu não sei quem? Nos militares não tem mais jeito, no PDS não existe mais ninguém e o PMDB não mostrou nada até agora. O fim da sociedade civil começou com a revolução de 30, com o Getúlio, e foi desfilando a cada nova revolução".

Mas o que tem completamente as opiniões do presidente da Apac, segundo ele, é a "falta de agressividade, de coragem do povo, que já acostumou a aceitar tudo de cabeça baixa e ainda agradecer a Deus". Sem café, sem muitos boiões e sem a agitação da política, Justino Villela passa agora quase o tempo todo fechado no amplo apartamento do 6o andar do edifício Santa Mônica, que já foi um dos mais luxuosos da cidade.

Nos dias que vem, a Apac cinge nova diretoria, em assembleia geral aberta a todos os cafeicultores do Paraná, já que há dez anos não havia mais reuniões. Sem a presença de todos os associados, a assembleia — a não ser o próprio Justino, que paga também, do bolso, o condomínio de sede própria, no Edifício América. Com isso, espera que as novas lideranças "vão nascer nos dias do hoje" — lembra a Associação. E promete defender sempre os interesses da cafeicultura e da agricultura.

Um bom tempo, o velho Justino, com as mãos trêmulas, olha para o jardim da chácara do Novo Bandeirantes, tomado no fogo a lenha e trazido para o apartamento. O café que ele bebe com uma colher de chá de leite e açúcar, com a colher de pau dentro do bule, "pra não perder o gosto".

Mas este hábito também tem os dias contados. A chácara com os últimos pés de café — exatamente 359 — está à venda, vale mais de 50 milhões de cruzeiros, com a luxuosa casa de alvenaria e os pavões com correntes remotas, além do pomar que Justino garante ser "o mais completo do Paraná".

**"Se eu tivesse saúde, ainda iria prestar para o Brasil o mesmo serviço que prestei em 64"**



O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Estão em discussão as atas que acabam de ser lidas.

O SR. FUAD NACLI - Senhor Presidente. (Pela Ordem)

Eu gostaria que o Senhor Secretário me dissesse quantos Deputados estavam presentes na última sessão.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Verificaremos na ata que acaba de ser lida.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - (Adhail Sprenger Passos) - Na última sessão do dia 11 de setembro de 1986, treze dos Srs. Deputados estavam presentes.

O SR. FUAD NACLI - Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Estão aprovadas as atas.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje, ainda de manhã, quando vimos os jornais da nossa cidade, nos deparamos com uma notícia que, se por um lado nos traz bastante alegria, por outro lado, também faz com que continuemos a fazer alguns questionamentos acerca da vida de cada um de nós e de todos.

Os jornais traziam a notícia de que, dentro de quatro meses, o Paraná estará auto-suficiente na produção de soro antiofídico. Recordamô-nos que, desta tribuna mesmo, por diversas vezes, nós denunciávamos o fato de termos a nível de Paraná e principalmente a nível de Brasil, numa estrutura das mais valorosas e das mais especializadas para a produção desse imunológico. E, para tristeza nossa, é que um assunto dessa ordem e dessa grandeza seja agora motivo de alegria, vamos dizer, pelo fato de que estaremos produzindo quantidade suficiente de soro antiofídico no Paraná.

Nós devíamos, isto sim, era ter vergonha de, num País como o nosso, um produto de primeira necessidade, todos nós sabemos que ele o é, de termos falta seguida desse produto e de termos que, num determinado momento, enaltecer o fato de que teremos auto-suficiência de soro antiofídico. Recordamô-nos que há uns três ou quatro meses atrás, dessa tribuna, nós comentávamos o fato de que na Capital do Brasil, Brasília, lá mesmo no Hospital de Base, faleceu um jovem rapaz estudante, que havia sido vítima de uma picada de cobra. Se dentro

da Capital brasileira, Sr. Presidente Srs. Deputados, um ser humano, um jovem, vem a falecer por falta de soro antiofídico, imaginem a situação que é vivida pelos brasileiros em lugares mais distantes, de novas fronteiras agrícolas que estão sendo abertas por este Brasil afora, principalmente, na região Amazônica!

Realmente, é um fato que nos alegra, mas que ao mesmo tempo nos deixa muito entristecidos, de saber que ainda neste País não se tomou o devido cuidado, não se tomou as devidas e necessárias precauções e ainda não se destinou todos os recursos necessários para que a saúde do povo brasileiro deixe de ser motivo de enriquecimento ilícito de alguns, deixe de ser motivo de especulações e exploração para outros.

Portanto, hoje de manhã, nos sentimos bastante felizes, quando mais uma vez, o Estado do Paraná, através do Instituto Tecnológico do Paraná, o TECPAR, soubemos que têm pessoas do mais alto gabarito, não só neste setor de produção de imunológicos, mas, na pesquisa e produção de tantas e tantas outras coisas e que tem elevado o nome deste Estado e o nome de profissionais aqui gabaritados, para até levá-los para outras fronteiras fora do Brasil, inclusive.

Mas, se este assunto que nos causava preocupação, hoje começa a deixar de nos preocupar, embora iremos nos manter atentos, acompanhando o desenrolar dos fatos, um outro assunto já começa a nos causar espanto e estranheza e uma apreensão bastante grande.

Estamos prestes a chegar ao mês de outubro e, no mês de outubro do ano passado, já estávamos falando da longa estiagem que vivia o Estado do Paraná.

Chegamos ainda hoje do Interior do Paraná, lá do nosso querido Vale do Ivaí e lá, por mais de dez dias, percorremos diversos municípios daquela região. E o que a gente vê é o começo de um novo e grande medo, um desespero que começa a tomar conta dos nossos agricultores que estão demais apreensivos e temerosos de que uma nova e longa estiagem, como ocorreu no ano de 1985, possa vir a ocorrer. No ano passado foi nefasto, foi catastrófico, em termos de seca, para aquela região. Esperamos e temos certeza que o Senhor Bom Deus haverá de não permitir que neste ano o fato se repita.

Era só, Senhor Presidente. Era só, Senhores Deputados. (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queremos hoje, deixar registrados apenas dois itens em nosso pronunciamento.

O primeiro, uma pequena análise em relação ao horário gratuito do Tribunal Regional Eleitoral, iniciado ontem pelas televisões. O que se observou foi o desrespeito com que o PMDB tratou as leis eleitorais, quando é proibida a aparição de outros que não sejam candidatos dentro do programa. Ficamos em dúvida se o IBOPE do programa é do Sérgio Reis ou do Álvaro Dias. Mas isto é assunto para depois.

Ocupamos esta tribuna, Senhor Presidente, Senhores Deputados, em nome do Partido da Frente Liberal, para dar o total apoio aos senhores professores que, desde ontem, em sua assembleia em Maringá, decidiram pela total paralisação do ensino no Paraná, pela situação precária em que vive o professorado paranaense.

Já apresentamos aqui documentos; não foi promessa nossa, não foi discurso nosso no Congresso Nacional, quando o ex-Governador José Richa, - então Senador da República, incitava os professores à greve, dizendo que o salário condizente seria, no mínimo, três salários-mínimos de piso.

Hoje, após ter deixado o governo e não ter dado melhora alguma ao ensino, o PMDB vem com uma proposta absurda e ridícula de 2,5, a partir de janeiro.

Queremos dizer que o Partido da Frente Liberal está totalmente de acordo, e apoiando a greve dos professores do Paraná. Greve esta que irá fazer justiça ao salário que os professores estão recebendo.

Acreditamos na sensibilidade do Governo para que não deixe estes professores mais quatro anos na fila e faça alguma coisa que condiga à profissão que eles exercem.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, era apenas um registro, não um discurso. Um registro de que o Partido da Frente Liberal está com os professores nesta greve que iniciaram.

Muito Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente. Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente Antônio Annibelli!

O objetivo da nossa presença na tribuna é para apoiar integralmente os professores do Paraná que, a partir de hoje cruzaram os braços numa greve que tem como alvo principal sensibilizar o Governador e as autoridades estaduais, para o atendi-

mento das justas reivindicações dessa laboriosa classe.

Aliás, Senhor Presidente, apóio não apenas os professores, mas apóio também os funcionários do Instituto de Assistência ao Menor, os funcionários da Polícia Civil, os funcionários da Polícia Militar, os funcionários das Secretarias de Estado e de outros órgãos públicos, inclusive da Assembleia Legislativa que clamam pelo aumento que está sendo negado, aumento salarial que já deveria ter sido concedido desde o mês de julho.

E volto a lembrar, Senhor Presidente, para refrescar a memória do Governador: no Rio de Janeiro, Leonel Brizola deu 40% de aumento para o funcionalismo. Bem recente, Franco Montoro também elevou o salário do funcionalismo paulistano em 32%. E aqui, no Paraná, lamentavelmente o nosso servidor público da ativa e aposentado passa por uma vida de penúria, enforcado, endividado, fazendo "papagaio" em banco, se afundando em financeiras, alguns apelando até para agiotas porque o salário que o servidor público está percebendo é um salário miserável, irrisório e insignificante.

Portanto, Senhor Presidente, o nosso apelo quase que dramático ao Governador João Elísio, que está tendo um destaque todo especial, fazendo grandes obras no Paraná, mas um governo e nós dissemos isso pessoalmente ao Sr. Governador, um governo não se faz só de obras públicas. O governo tem que ter também o lado social, o lado humanístico e, infelizmente, o Governador João Elísio está pecando muito, está criando problemas até para a sua imagem de um grande administrador, a partir do momento em que protela, em que demora para conceder esse aumento para o funcionalismo.

E alguns órgãos públicos, Senhor Presidente, têm dinheiro e estão esbanjando a verba pública.

O Jornal "Folha de Curitiba", mostra hoje em primeira página, que o Presidente da SUHREMA, uma empresa do Governo do Paraná, o Dr. Cícero Bley, candidato a deputado federal pelo PMDB, no mês de dezembro, num ato inédito e até motivo de gozação e de chacota, gastou 65 milhões de cruzeiros antigos, ou seja 64 milhões, 140 mil cruzados, para comprar pernil de porco para distribuir de presente para os amigos.

É a primeira vez, Senhor Presidente, que eu ouço falar, em toda a minha vida, que uma empresa pública gastasse em dinheiro de hoje, quase 200 mil cruzados, corrigidos para hoje; que uma empresa pública como a SUHREMA, investisse quase 200 mil cruzados para que o presidente da empresa, Dr. Cícero Bley, candidato a de-

putado federal, desse de presente para os seus amiguinhos um pernil de porco.

Senhor Presidente, o nosso desejo é que haja uma explicação porque o Tribunal de Contas também quer uma explicação desse fato, motivo de chacota e de gozação, mas muito sério porque o dinheiro público foi utilizado criminosamente, irresponsavelmente pelo então presidente da SUHREMA, para dar pernil de porco para os seus amiguinhos, enquanto aí está o funcionário público clamando por um aumento de salário, enquanto estão os professores, a partir de hoje, numa greve justa por aumento de salário.

O Governo tem dinheiro, mas esse dinheiro está sendo mal aplicado.

Muito Obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado José Antônio Fonseca.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha cidade, a Cidade de Medianeira se encontra de luto e eu aproveito a oportunidade para dizer aos nobres Pares e, para que fique registrado nos Anais deste Poder, o porquê do luto da minha cidade.

No dia 12 deste mês, por ordem do Juiz da Justiça Federal, o Parque Nacional do Iguaçu e que está na Cidade de Medianeira foi interditado e diante desta liminar emanada pelo Juiz da Justiça Federal, a Câmara Municipal de Vereadores que representa o povo daquele Município houve por bem, em reunião extraordinária, elaborar um requerimento ao Sr. Prefeito Municipal nos seguintes dizeres.

(Passa a ler o requerimento):

"Os Vereadores da Câmara Municipal de Medianeira, Estado do Paraná, por auto convocação unânime dos presentes, e que este subscrevem, nos termos regimentais, requerem seja oficiado ao Senhor Prefeito Municipal, Senhor ADOLPHO MARIANO DA COSTA, que após a análise das justificativas e considerandos abaixo enunciados, que seja decretado incontinenti ESTADO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO.

1. Considerando que a Estrada do Colono, no Parque Nacional do Iguaçu, foi interditada administrativamente, segundo informações, por ato do IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal -, em decorrência de eventual feito judicial emanado da Justiça Federal;

2. Considerando que a referida Estrada do Colono, dita PRT-163, atravessa o Município de Medianeira, na altura do Parque

Nacional do Iguaçu, Estrada essa cuja existência data, segundo dados do D.E.R. - Departamento de Estradas de Rodagem, mais de 60 (sessenta) anos e que faz parte de uma estrada transbrasiliana, que liga os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, até a fronteira do Suriname;

3. Considerando que a referida estrada foi o caminho natural dos primeiros colonizadores do Oeste e Sudoeste do Paraná, vindos dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

4. Considerando que nem a Câmara Municipal e nem o Executivo receberam qualquer forma, em direito permitido, como notificação, citação ou intimação pelos meios regulares;

5. Considerando que a referida interdição ocorreu na madrugada do dia 12 de setembro do corrente, por elementos da Polícia Federal passando a operar em área, inclusive fora da jurisdição do IBDF, sendo que atingiram locais do Distrito de Jardinópolis, especialmente a sede da comunidade de Divisa do Parque, que dista aquém do Parque Nacional, a mais de um km;

6. Considerando tratar-se de uma população pacífica, ordeira, laboriosa, sempre voltada ao trabalho e ao bem estar da comunidade;

7. Considerando que alguns agricultores foram ameaçados, individual e pessoalmente, por elementos da Polícia Federal, bem como um grande número de agricultores foram intimidados por policiais que demonstraram notório despreparo e incompetência, com termos pejorativos, inclusive sacando armas dos variados tipos;

8. Considerando que tal tipo de agressão que a população brasileira julgava extinta, configura claramente abuso de poder; e

9. Considerando, finalmente, que tais atitudes constituem uma verdadeira intervenção branca no Município de Medianeira, ferindo relevantes direitos e interesses assegurados por lei à população, acreditamos ser pertinente o presente requerimento, para preservar a paz e tranqüilidade pública e prevenir eventuais danos de difícil reparação ao interesse público, aos cidadãos e ao bem comum.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Medianeira, 13 de setembro de 1986.

(a) ARMINDO LUIZ PANDOLFO

Presidente

(a) VALDIR SABADIN

(a) ERNO MENNO MÜLLER

(a) JOÃO ALVES

(a) JOSÉ SILVESTRE DELLA PASQUA

(a) NERI CARRE

(a) JOSÉ ARLINDO SEHN

(a) AVELINO MORAS

Este, Senhores Deputados, é o requerimento que a Câmara Municipal de Medianeira enviou ao Sr. Prefeito Municipal daquela cidade e, incontinenti, o Sr. Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, decretou o Estado de Emergência nos seguintes termos:

"Art. 1º - Fica reconhecido o estado de emergência jurisdicionado ao Município de Medianeira, no Estado do Paraná;

Art. 2º - O Governo Municipal, nos limites de suas atribuições, tomará medidas cautelares visando a possibilidade de limitação dos riscos e perdas a que está sujeita a comunidade do Município.

Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Medianeira, 13 de setembro de 1986".

Esta é a história da interdição do Parque Nacional do Iguaçu.

A liberação do trecho de 17,5 km, entre os Municípios de Medianeira e Capaneira, interligando o Oeste e o Sudoeste do Paraná, é uma luta que remonta a mais de quarenta anos; Governos anteriores tentaram junto ao IBDF a liberação desse trecho. Muito embora o atual Governo tenha, ainda no ano passado, licitado a obra e o asfalto, já está pronto o trecho compreendido entre Medianeira e a divisa do Parque, faltando tão somente a liberação do trecho de dezessete quilômetros.

Esta é uma estrada que liga o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, o Estado do Paraná e, principalmente, o Mato Grosso do Sul; é uma estrada de importância geográfica, porque é uma estrada de fronteira e de unidade nacional; é uma estrada que tem uma importância econômica, exatamente porque liga quatro Estados, e a interdição desses dezessete quilômetros, com o consequente fechamento por ordem da Justiça Federal, através de uma liminar, faz com que a economia daquela região seja afastada.

E, neste momento, lá estão parados todos os ônibus que trafegam nesse trecho, todos os caminhões, todos os tratores, todas as máquinas agrícolas.

E, neste momento, principalmente, seja através do Decreto do Sr. Prefeito Municipal, do "estado de emergência", tendo em vista que a interdição feita pela Polícia Federal, quando deveria ser feita por policiais do Estado, a mesma foi feita de uma maneira que não condiz com aquilo que se espera de uma polícia, uma Polícia Federal em lá chegando, mesmo no cumprimento de um mandado judicial, assustou os agricultores, intimidou-os, inclusive ameaçando-os com escopetas, metralhadoras e revólveres.

Por isso, Medianeira, diante desses acontecimentos, o município, além do que dissemos, de decretar o "estado de emer-

gência", para assegurar os direitos dos seus cidadãos, Medianeira, esta tarde, vai decretar luto no seu município; o comércio fechará esta tarde em Medianeira; as aulas serão suspensas; a rádio local tocará apenas música fúnebre, e os seus cidadãos colocarão no braço direito uma tarja negra e se dirigirão à divisa do Parque, para protestarem contra aquilo que eles pensam ser uma arbitrariedade do Sr. Dr. Juiz da Justiça Federal. E, neste momento, nós, como representantes daquele município e daquela região, na Assembléia Legislativa, e sei que temos o apoio, principalmente dos colegas do Oeste e do Sudoeste do Paraná, o apoio para que, junto ao Governador do Estado, para que este uma vez que esta interdição fere a dignidade do Estado do Paraná, que o Sr. Governador tome as providências que se fazem necessárias, no sentido de que o Sr. Ministro da Agricultura, uma vez que o IBDF é o órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, tome as providências no sentido de liberar este trecho, no Parque Nacional Iguaçu. O argumento de alguns ecologistas que nem conhecem o Parque Nacional do Iguaçu, como, por sua vez, a Sra. Secretária da Cultura e Esportes que, não respeitando a vontade de seu Chefe, que é o Governador do Estado, numa afronta àquilo que pensa e aos interesses do Governo do Estado, esteve naquela cidade e não se dignou nem sequer visitar o Parque Nacional do Iguaçu; que a obra asfáltica que o Governo quer lá, não prejudicará de maneira alguma e não quebrará o equilíbrio ecológico, que é o argumento dos ecologistas.

Então, neste momento, nós fazemos um apelo para que o Sr. Governador do Estado tome logo e já as providências, para que cesse a interdição, nesse trecho, porque ao persistir a interdição, os interesses, principalmente do Estado do Paraná, e principalmente a economia daquela região, estará totalmente paralisada.

Muito Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Encerrado o Grande Expediente, passamos ao horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto o Partido da Frente Liberal. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Liberal. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro. Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Democrático Social. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Democrático Trabalhista.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Comunista Brasileiro. (Declina).

Havendo declinado, encerramos o Horário das Lideranças e passamos à



# ORDEM DO DIA,

com a presença de 28 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado.

O SR. FUAD NACLI (Pela Ordem) - Eu pediria a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - A Mesa defere e fará a chamada nominal dos Srs. Deputados e registra, com satisfação, hoje, na portaria, a presença de mais de 30 (trinta) Srs. Deputados.

O Sr. 1.º Secretário fará a chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. FUAD NACLI - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Pela ordem, concedo a palavra aos Sr. Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI - A 1.ª Secretaria, quando fez a chamada nominal, deixou de chamar três dos Srs. Deputados que não estão presentes na Casa e não responderam a chamada.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) Vossa Excelência pode declinar os nomes?

O SR. FUAD NACLI - Deputado Nelson Buffara, Deputado Anibal Khury e Deputado Quielise Crisóstomo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Os Srs. Deputados estavam presentes até dois minutos atrás.

O SR. FUAD NACLI - Mas se não responderam chamada, não estão presentes na Casa, Sr. Presidente.

A chamada é para aqueles que estão presentes na Casa, presentes no plenário. O Regimento Interno é bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência anotou quando foram chamados os Srs. Deputados que responde-

ram. E ainda não está encerrada a chamada nominal, Sr. Deputado.

(O Sr. 1.º Secretário continua a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Trinta Srs. Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para votação. E registramos também, após insistentes pedidos do Sr. Deputado Fuad Nacli, a presença do Deputado Anibal Khury.

O SR. FUAD NACLI (Pela Ordem) - Aqui não consta, Senhor Presidente, a presença de Senhores Deputados que nem estavam presentes e nem responderam a chamada: Deputados Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida e tantos outros que estão aí anotados. Não tem dezoito Senhores Deputados presentes na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Mas responderam a chamada.

O SR. FUAD NACLI - Não responderam a chamada porque não estavam em plenário, e pediria a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) Posto primeiro em votação, Vossa Excelência pode pedir a verificação de "quorum".

Projeto de autoria do Deputado Tadeu França, que necessita de apoio. Os Senhores Deputados que apoiam permaneçam como estão. Apoiado.

O SR. FUAD NACLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu insisto. Nós não podemos permanecer nesse clima. Os Senhores Deputados que não se encontram na Casa e nem no Plenário não poderão estar presentes na presente sessão. Não tem trinta Senhores Deputados presentes na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Na primeira votação, Vossa Excelência poderá pedir a verificação de votação.

O SR. FUAD NACLI - Eu não posso pedir a verificação de votação, porque não estão sendo votadas as matérias que estão na pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Nós não estamos votando, estamos apenas apoiando projetos.

O SR. FUAD NACLI - Não tem número suficiente para apoio.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -



Vinte Senhores Deputados. É o necessário para o apoio, Deputado Fuad Nacli. Vossa Excelência, como decano desta Casa, sabe disso.

O SR. FUAD NACLI - Não tem trinta Senhores Deputados; os que entraram e saíram somavam vinte e dois Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 145/85, que declara de utilidade pública o CENTRO COMUNITÁRIO "MADRE RAFAELA YBARRA", com sede e foro no município de Marialva. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n. 70, de 06.08.85).

O SR. IVAN GUBERT (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Vinte e oito Srs. Deputados responderam a chamada nominal. Não há "quorum" para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 188/85, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA INDEPENDÊNCIA", com sede e foro em Cornélio Procopio. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n. 90, de 10.09.85.)

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 52/86, objetivando introduzir a alteração

à Lei n. 7.827, de 29.12.83, que dispõe sobre a distribuição e comercialização, no Estado do Paraná, de produtos agrotóxicos e outros biocidas. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n. 81, de 13.08.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 76/86, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO AZUL DE PESQUISAS E ESTUDOS DA MENTE", com sede e foro nesta Capital. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n. 32, de 24.04.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 79/86, que dispõe que as propagandas ou publicidades produzidas ou veiculadas pela Secretaria Extraordinária de Comunicação Social, deverão ter, obrigatoriamente, a contratação de artistas paranaenses, quando necessário seu uso, no percentual de 80% (oitenta por cento), no mínimo. Encerrada a discussão (Publ. no D.A. n. 32, de 24.04.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 88/86, que declara de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA LUZ E VERDADE", conforme específica. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n. 36, de 02.05.86).

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 108/86, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública o "CENTRO DE TREINAMENTO E REINTEGRAÇÃO SOCIAL MONTE HOREBE", com sede e foro no município de Rio Branco do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 170/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 91/86), que autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade em REGIME DE URGÊNCIA. Com EMENDA DE PLENÁRIO. Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 47/86 (Mensagem n. 62/86 - ex-Proposição n. 77/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 3.º Termo Aditivo, firmado em 26.02.86, ao Convênio de 15.07.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná, e o Ministério da Agricultura, objetivando a complementação de recursos financeiros para a consecução do objetivo previsto no instrumento originário. Encerrada a discussão.



2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 48/86 (Mensagem n. 61/86 - ex-Proposição n. 73/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos aditivos celebrados em 21.03.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, conforme especifica. Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 49/86 (Mensagem n. 63/86 - ex-Proposição n. 74/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, com as partes, datas e objetivos adiante mencionados. Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 50/86 (Mensagem n. 52/86 - ex-Proposição n. 69/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 1.º Termo Aditivo, firmado em 30/12/85, ao Convênio SAREM n. 63/85, celebrado em 02/10/85, entre o Estado do Paraná e a União, através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, objetivando a prorrogação do prazo de vigência do instrumento originário. Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 51/86 (Mensagem n. 64/86 - ex-Proposição n. 76/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, com as partes, datas e objetivos adiante mencionados. Encerrada a discussão.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 383/84, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria o Distrito Administrativo de Mauá, no Município de Marilândia do Sul, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N. 383/84  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica criado no Município de Marilândia do Sul, o Distrito Administrativo de Mauá, com as seguintes divisas:

Começa no Rio das Antas na foz do Rio Piaí-Mirim, pelo qual sobe até a sua nascente, de onde, por uma linha seca, alcança a nascente da Água do Robertão e por esta abaixo, até sua foz do Rio Bom de on-

de segue por este acima até a foz do Córrego Água Amarela, pela qual sobe até sua nascente; daí alcança a Estrada BR-376, de onde segue em sentido Marilândia do Sul até atingir o Ribeirão Lajeado, seguindo por este acima até sua nascente, daí por uma linha seca, alcança a nascente da Água do Fortunato; por este abaixo até o Ribeirão Santa Cruz pelo qual desce até sua foz no Rio Apucarantina confrontando aí com o Município de Londrina; deste ponto sobe o Rio Apucarantina até a foz do Rio Valêncio e por este acima até sua nascente, donde alcança contra vertente que é um afluente do Rio do Meio; descendo o referido afluente até sua foz no Rio do Meio e por este abaixo até a foz do Rio Preto, pelo qual sobe até sua nascente direita de onde alcança a cumiada da Serra de Apucarana seguindo a mesma até confrontar com a nascente do Rio das Antas, pelo qual desce até alcançar o Rio Piaí-Mirim, ponto de partida

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18/12/84.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Mauá já é, nos dias atuais, uma realidade constatável, grandemente progressista. Tem na sua laboriosa e dinâmica população, uma garantia de que o atual e elevado índice de desenvolvimento não apenas será mantido, mas sim acelerado.

Este projeto é a primeira de uma série de medidas que podem e deverão ser tomadas para atender aos anseios e necessidades do futuro Distrito Administrativo, razão pela qual, pedimos aos nobres Pares, o devido apoio para o presente plano de lei, como também a sua posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 383/84

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti com Emenda em Plenário do Deputado Jorge Maia Filho, tem por finalidade criar o Distrito Administrativo de Mauá da Serra, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.

Analizando o projeto, temos que o mesmo atende às documentações exigidas pela Lei Complementar n. 1/67, inexistindo óbice de natureza regimental que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso Parecer é favorável opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27/08/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO  
Presidente  
TRAJANO BASTOS  
Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 146/85, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que aprova o memorial descritivo e as confrontações do Município de Doutor Camargo, conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J. à Emenda Substitutiva, por unanimidade. Em regime de Urgência. - Encerrada a discussão. (Public. no D.A. n. 70/85, de 06/08/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 146/85

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n. 146/85, de autoria do nobre Deputado Ferrari Júnior, tem por finalidade aprovar o memorial descritivo e as confrontações do Município de Doutor Camargo.

Considerando a importância da matéria, foi solicitado que o mesmo fosse convertido em diligência junto ao Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITC, a fim de que aquele órgão se manifestasse sobre a matéria.

Anexo ao processo, temos expediente do Ilustríssimo Sr. Linneu Ratton, Presidente do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITC, que esclarece o posicionamento do mesmo em relação à matéria, demonstrando inestimável contribuição para a aprovação do referido projeto.

No que concerne à apreciação desta douta Comissão de Constituição e Justiça, que deve se manifestar quanto aos aspectos legais e constitucionais da matéria, não encontramos nenhum óbice à normal tramitação da mesma.

Portanto, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma da Emenda Substitutiva que anexo apresentamos, adequando o Projeto às especificações apresentadas pelo ITC.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
ANTÔNIO BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 146/85  
EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 1.<sup>o</sup> - As divisas e confrontações do Município de Doutor Camargo passam a ser conforme a descrição que abaixo segue:

I Com o Município de Ourizona

- Começa no Rio Ivaí, na foz do Rio Bandeirantes do Sul, sobe por este até a foz do Ribeirão Chapecó.

II - Com o Município de Paissandu

- Começa na foz do Ribeirão Chapecó no Rio Bandeirantes do Sul, sobe por este até a foz da Água do Corote, pelo qual sobe até sua nascente, de onde, por uma linha seca sentido este, alcança a foz do Córrego Calixto no Ribeirão Paissandu.

III - Com o Município de Ivatuba

- Começa na foz do Córrego Calixto no Ribeirão Paissandu, desce por este até sua foz no Rio Ivaí.

IV - Com o Município de Terra Boa

- Começa na foz do Ribeirão Paissandu, no Rio Ivaí, descendo por este até a foz do Rio Bandeirantes do Sul."

Art. 2.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.08.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
ANTÔNIO BELINATI - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 280/85, de autoria do Deputado JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao prelado da Igreja Católica, DOM OLÍVIO AURÉLIO FAZZA, Bispo Diocesano de Foz do Iguaçu - PR. Com Parecer Favorável da C.C.J. à Emenda Substitutiva, por unanimidade. - Encerrada a discussão. (Public. no D.A. n. 115/85, de 29/10/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 280/85

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado José Antônio Fonseca, o presente projeto de lei tem por finalidade conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná a Dom Olívio Aurélio Fazza.

Nos termos da justificativa apresentada pelo seu autor e dos demais dados anexados ao projeto, temos que a matéria se encontra em consonância com os dispositivos legais normativos da legislação estadual pertinente, a qual seja, a Lei n. 5638, de 13/09/67, não havendo qualquer impedimento, quer legal ou constitucional, que possam obstaculizar a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma da Emenda Substitutiva, que anexo apresentamos, visando adaptar o texto do projeto à melhor técnica legislativa.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17.06.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
EDMAR LUIZ COSTA - Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 280/85

EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 1.º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná a DOM OLÍVIO AURÉLIO FAZZA.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17.06.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
EDMAR LUIZ COSTA - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 304/85, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI e OUTROS, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Município de Paulo Frontin, parte remanescente, não utilizada, do imóvel constituído pelo lote de terreno urbano, com área de 14.220,00 m<sup>2</sup>, situado no quadro urbano da Cidade de Paulo Frontin, com as confrontações e metragens que especifica, transcrito no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet. Com Substitutivo Geral da C.C.J. e Parecer Favorável, por unanimidade. Em Regime de Urgência - Encerrada a discussão. (Public. no D.A. n. 126/85, de 18/11/85).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 304/85

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a reverter ao Município de Paulo Frontin, uma área de 2.064,43m<sup>2</sup> (dois mil e sessenta e quatro metros e quarenta e três centímetros quadrados), situada no quadro urbano da cidade de Paulo Frontin, na Rua 14 de Dezembro, com as seguintes confrontações e metragens: ao Norte, confronta-se com a Rua 14 de Dezembro, numa extensão de 64,50m; ao Sul, confronta-se com o lote da Prefeitura Municipal, numa extensão de 72,90 m; a Oeste, confronta-se com o lote de José Tenchena, numa extensão de 31,50 m; e, finalmente a Leste, com o lote de herdeiros de Pedro Retchuk, numa extensão de 29,80m.

A este projeto foi apresentada Emenda Substitutiva Geral, cuja justificativa esclarece o teor da modificação proposta.

Tendo em vista que o fim ao qual foi destinado o referido imóvel não foi cumprido, pretende a atual administração municipal utilizar aquela área em benefício da comunidade local, com obras comunitárias.

Isto posto, nosso Parecer é Favorável, pela sua aprovação, na forma da Emenda Substitutiva Geral, anexa.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
EDMAR LUIZ COSTA - Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 304/85

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao Município de Paulo Frontin, uma área de 2.064,43m<sup>2</sup> (dois mil e sessenta e quatro metros e quarenta e três centímetros quadrados), situada à Rua 14 de Dezembro, com as seguintes confrontações e metragens: ao Norte, confronta-se com a Rua 14 de Dezembro, numa extensão de 64,50m; ao Sul, confronta-se com o lote da Prefeitura Municipal, numa extensão de 72,90m; a Oeste, confronta-se com o lote de José Tenchena, numa extensão de 31,50m; e, finalmente a Leste, com o lote de herdeiros de Pedro Retchuk, na extensão de 29,80m.

Art. 2.º - A área constante do art. 1.º é remanescente de uma área total de 14.220,00m<sup>2</sup> (quatorze mil e duzentos e vinte metros quadrados), situada no quadro urbano da cidade de Paulo Frontin, devidamente registrada e transcrita sob o n. 11.334 (anterior), às folhas 52, do Livro n. 3-I, e, atual, sob o n. 2.193 do Livro n. 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.08.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
EDMAR LUIZ COSTA - Relator

## JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda Substitutiva Geral tem como escopo esclarecer que o desejo do Excelentíssimo Sr. Prefeito do Município de Paulo Frontin, não é a área que consta no art. 1.º do Projeto de Lei n. 304/85, especificada em 14.220,00m<sup>2</sup>, mas sim, a área remanescente desta com 2.064,43m<sup>2</sup>, pertencente ao referido município.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 56/86, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que denomina "RODOVIA VEREADOR JOCELINO PEREIRA DOS SANTOS", a Rodovia que liga Goioerê - Nova Aurora. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. n. 23/86, de 08/04/86).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 56/86

P A R E C E R:

O nobre Deputado Rubens Bueno apresenta proposição denominando "RODOVIA VEREADOR JOCELINO PEREIRA DOS SANTOS", a rodo-

via que liga Goioerê a Nova Aurora.

Analisando a matéria, concluímos que a mesma está em condições de ser aprovada, pois, não fere nenhum preceito legal ou constitucional.

O Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 27.08.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
GERNOTE KIRINUS - Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 101/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 58/86), que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder a doação de área de terras de propriedade do Estado, ao Município de Santa Inês, com área de 450 m<sup>2</sup>, constituída pelo lote de terreno urbano n. 4, da quadra n. 10, situada naquela localidade, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Encerrada a discussão. (Publicado no DA. n. 40 de 08.05.86. Mensagem).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei n. 101/86

PARECER:

O Projeto de Lei em exame origina-se da Mensagem Governamental n. 58/86, e autoriza o Poder Executivo a doar, ao Município de Santa Inês, a área de terras medindo 450 m<sup>2</sup>, constituída pelo lote de terreno urbano n. 4, da quadra n. 10, localizada na sede da Municipalidade, objeto da Matrícula n. R. 2.4859, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Colorado.

A medida se insere entre as iniciativas que são prerrogativas exclusivas do Chefe do Poder Executivo, conforme preceito emanado da Carta Magna Estadual.

Encontra-se, portanto, a matéria dentro das exigências constitucionais, legais e regimentais, não havendo qualquer impedimento ao seu trâmite.

Assim sendo, nosso Parecer é favorável, manifestando-nos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27.08.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

IVAN GUBERT

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 139/86, e autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 74/86), que objetiva conceder uma pensão mensal no valor de 4,9 (quatro vírgula nove) salários-mínimos a ANNA ELFRIDA ANDERSEN PETUYA, filha de Alfredo Andersen. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publicado no DA. n. 66, de 23.06.86, Mensagem).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei n. 139/86

PARECER:

O Projeto de lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental n. 74/86, concede à Anna Elfrida Andersen Petuya, filha de Alfredo Andersen, uma pensão mensal com valor equivalente a 4,9 salários-mínimos.

Conforme o texto do referido projeto de lei, no parágrafo único do seu artigo 1º, a pensão será transferida à Anna Charlotte Andersen Petuya, neta de Alfredo Andersen.

A matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental, incluindo-se entre as prerrogativas exclusivas do Chefe do Poder Executivo.

Assim sendo, manifestamos o nosso Parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 24.06.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

GILBERTO CARVALHO

Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Projeto de Lei n. 139/86

PARECER:

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado envia a esta Casa Legislativa, a Mensagem de n. 74/86, concedendo pensão mensal no valor de 4,9 (quatro vírgula nove), salários-mínimos à Anna Elfrida Andersen Petuya e, na falta desta, à Anna Charlotte Andersen Petuya, respectivamente, filha e neta de Alfredo Andersen.

Estudando a matéria, concluímos que, no âmbito desta Comissão de Finanças, não há nada que impeça a sua aprovação.

O Parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.86.

(aa) ACIR MEZZADRI

Presidente

DJALMA DE AMEIDA CÉSAR

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 158/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 82/86), que objetiva dar nova redação ao Art. 11 e seus incisos e parágrafos, da Lei n. 7.424, de 17.12.80, que versa sobre o Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N. 158/86

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - O Artigo 11, da Lei n. 7.424, de 17 de dezembro de 1980, passa a ter apenas dois incisos e dois parágrafos, e fica modificado para a redação seguinte:

"Art. 11 - Para os fins previstos no artigo 9.º, progressão é a passagem do funcionário de uma referência para outra de valor superior, dentro da mesma categoria funcional, levando-se em consideração:

I - a avaliação do desempenho; e

II- a participação em processo de treinamento.

§ 1.º - A progressão será processada e implementada no primeiro semestre de cada ano e, para esse fim, o Poder Executivo fixará, anualmente, como limite de despesa, um percentual a ser calculado sobre a folha de pagamento do mês de janeiro do respectivo ano, para cada órgão da administração direta e autárquica.

§ 2.º - O processo de progressão será regulamentado por meio de decreto".

Art.2.º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à redistribuição dos funcionários ativos, e inativos do Quadro Geral e do Quadro Próprio da Procuradoria Geral da Justiça, pelo critério de tempo de serviço, nas referências das respectivas categorias funcionais, aferindo o tempo em função do número de adicionais de que tratam os artigos 170 e 171, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, concedidos até a data da publicação desta Lei.

Parágrafo Único - A redistribuição dar-se-á de acordo com a tabela anexa.

Número de Adicionais	Referência de Redistribuição
----------------------	------------------------------

1	2
2	3
3	4
4	5
5	6
6	7
7	8
8	9
9	10
10	11

Art.3.º - O critério estabelecido no Artigo 2.º, passa, a partir da vigência desta Lei, a ter aplicação a cada adicional por tempo de serviço, que o funcionário do Quadro Geral ou do Quadro Próprio da Procuradoria Geral de Justiça, venha a obter.

Art.4.º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar processos de ascensão funcional, considerando o interesse da administração e na forma do artigo 10, da

Lei n. 7.424, de 17 de dezembro de 1980.

Art.5.º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art.6.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.86.

(a) PODER EXECUTIVO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 158/86

PARECER:

Através da Mensagem 82/86, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado envia o Projeto de Lei n. 158/86, que dá nova redação ao artigo 11, e seus incisos e parágrafos, da Lei n. 7424/80. Analisando a Proposição ora apresentada, constatamos que a mesma está em condições de seguir os trâmites normais uma vez que não há impedimento constitucional ou legal.

O Parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 18.08.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI n. 158/86

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n. 82/86, o presente projeto de lei tem por finalidade dar nova redação ao artigo 11 e seus incisos e parágrafos, da Lei n. 7424/80.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator, ofereceu Parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste à tramitação do referido projeto de lei nesta Colenda Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19.08.86.

(a) ACIR MEZZADRI

Presidente e Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 184/86, de autoria do Deputado NILSO SGUARREZI, que declara de utilidade pública a LOJA MAÇÔNICA "JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA", com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publicado no DA. n. 84, de 19.08.86).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 184/86

**PARECER:**

De autoria do Nobre Deputado Nilso Sguarezi, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a Loja Maçônica JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA, com sede e foro em Curitiba.

Da análise do projeto, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação inserida no mesmo, comprovam o preenchimento pela entidade dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

GILBERTO CARVALHO

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 54/86 (Mensagem n. 45/86 - ex-Proposição n. 61/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 1º Termo Aditivo, datado de 31/12/85, ao Convênio MDU (CNDU/SDU), n. 007/85, celebrado em 16/09/85, entre o Estado do Paraná, e o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, visando a preparação do Subprojeto Londrina-Maringá/METRONOR, do Projeto Cidades de Porte Médio. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 55/86 (Mensagem n. 48/86 - ex-Proposição n. 63/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, objetivando a transferência de recursos e de tecnologia do sistema construtivo de natureza alternativa, tipo solo-cimento, com a destinação que especificam, nas municipalidades adiantes mencionadas. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 56/86 (Mensagem n. 84/86 - ex-Proposição n. 87/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 25/04/86, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e do Comércio e o Ministério da Indústria e do Comércio, através do Conselho do Desenvolvimento Comercial, objetivando a cooperação técnico-financeira para manutenção do projeto "Pesquisa conjuntural do Comércio Varejista da Região Metropolitana de Curitiba. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 57/86 (Mensagem n. 85/86 - ex-Proposição n. 90/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo do Convênio de Cooperação Técnica, celebrado em 23/12/85, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias da Indústria e Comércio e da Agricultura, o Ministério da Agricultura, através da OCEPAR, objetivando a execução de um programa de desenvolvimento da cultura paranaense, baseada na organização cooperativa. Encerrada a discussão.

O SR. SABINO CAMPOS - (Questão de Ordem) -  
Senhor Presidente, eu requeiro a Vossa Excelência, a esta Presidência, uma certidão dos presentes em plenário, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -  
Vossa Excelência será atendido.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do Mês da Bíblia, celebrado pela Igreja em todo o território nacional. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um telefone público no Município de Campo Mourão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de cópia de seu discurso pronunciado neste plenário, no dia 1º do corrente mês, sobre o problema da falta de leite, ao Senhor Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de cópia de seu discurso pronunciado neste plenário, no dia 1º do corrente mês, sobre o problema da falta de leite, ao Senhor Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, objetivando a criação de um consultório odontológico no Município de Boa Esperança. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do ex-

pediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, visando a pintura do Colégio João XXIII, no Município de Mamborê. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando que seja revisto o projeto da rodovia asfáltica que liga os Municípios de Guaraniaçu e Palmital, no sentido de incluir no mesmo, o Distrito de Diamante, no Município de Guaraniaçu. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente parabenizando os Grupos de Alcoólicos Anônimos - A.A. do Paraná, pela passagem do 18.º aniversário de implantação deste movimento no Estado. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando moção de solidariedade ao povo chileno, em sua luta contra a tirania e pelo restabelecimento da democracia. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de retificação ao expediente aprovado em plenário, no dia 27 de agosto do corrente ano, que solicita sejam estendidas as vantagens da Lei n. 1782, de 24 de dezembro de 1952, aos Suboficiais e Sargentos Especialistas da Aeronáutica, ao que se acrescenta "portadores da Cruz da Aviação e já transferidos para a reserva não remunerada". Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a liberação de recursos para a construção de um mini-posto para a Vila Brzezinski, no Município de Campo Mourão. Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dante Millarch, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Max Bertholdo Amhof, ocorrido no dia 24 de

agosto do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ademar Sicuro, Prefeito do Município de Contenda, ocorrido no dia 31 de agosto do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Darcy José Costa, ocorrido no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Waldevino Pereira de Carvalho, ocorrido no Município de Ubiratã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Hélio Bassetti, ocorrido no dia 09 de setembro do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Squarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Irrigação, encarecendo a inclusão do Município de Querência do Norte, no plano de irrigação, daquele Ministério. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, viabilizando a implantação do ensino de 2.º grau, no Distrito Administrativo de Piquirivaí, Município de Campo Mourão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, viabilizando a liberação de verbas ao Distrito Administrativo de São Vicente, Município de Araruna. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a implantação do ensino de 2.º grau, em Ourilândia, Município de Barbosa Ferraz. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor De-



putado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando a inserção em Ata, da fixação da data de 21 de outubro de 1986, para a entrega do Título de "Cidadão Benemérito do Paraná", ao Doutor René Ariel Dotti. Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a destinação de recursos para a construção de uma sede administrativa, da reserva florestal, do Município de Fênix. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Secretário da Segurança Pública, viabilizando maior efetivo policial, para o Município de Goioerê. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Secretário dos Transportes, viabilizando o asfaltamento partindo da Rodovia Vassílio Boiko, na saída para o Município de Roncador, até a COAMO - Cooperativa Agropecuária Mourãoense, no município de Iretama. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos para a construção de um centro social, no Município de Janiópolis. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente, ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo um maior apoio ao setor de assistência social, no Município de Juranda. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, para que informe a esta Casa, das providências que vêm sendo tomadas por aquela Pasta, com relação às notícias veiculadas através do Jornal "O Estado de São Paulo", sobre o grande problema dos furtos de automóveis em nosso País. Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da República, pedindo restrição no relacionamento do Brasil com o Chile, como forma de apressar o retorno desse País vizinho à democracia. Em discussão.

O SR. FUAD NACLI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Município de Ponta Grossa, pela passagem do 163.º aniversário de fundação. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Diretor do DER, por intermédio da Secretaria dos Transportes, encarecendo o cascalhamento, através do PRORURAL, no trecho entre as localidades do Córrego Fundo e José Batista, no Município de Arapoti. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, para que o mesmo determine à SANEPAR a extensão da rede de tratamento de água até a Vila "Asa Branca", no Bairro do Atuba, nesta Capital. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, viabilizando estudos para a inclusão, na próxima reforma judiciária, da criação do Distrito Judiciário de Mauá da Serra e Nova Amoreira, no município de Marilândia do Sul. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da estrada que liga os Municípios de Paisandu e Ourizona. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, viabilizando a pavimentação asfáltica da estrada que liga, no Município de São Jorge

do Patrocínio, esta cidade, à Vila Oriental. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando sejam adiadas todas as entregas de títulos de cidadania, já aprovados, para data posterior a 20 de novembro do corrente ano. Encerrada a discussão

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 16, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n. 145

e 188/85, 52, 76, 79 e 88/86.

EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de lei n. 108 e 170/86.

EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n. 47 a 51/86.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de lei n. 383/84, 146, 280 e 304/85, 56, 101, 139, 158 e 184/86 e dos Projetos de Resolução n. 54 a 57/86.

Levanta-se a sessão.